

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

BEATRIZ MARTIGNONI HOCHMÜLLER

MEMÓRIAS SILENCIADAS E SILENCIOSAS: REPRESENTAÇÕES FEMININAS EM
NARRATIVAS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO RIO GRANDE DO SUL (SEGUNDA
METADE DO SÉCULO XX).

Porto Alegre

2023

Beatriz Martignoni Hochmüller

Memórias silenciadas e silenciosas: representações femininas em narrativas da imigração japonesa no Rio Grande do Sul (segunda metade do século XX)

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Kuhn.

Porto Alegre

2023

*A todas as avós (Haruko),
Mães (Eiko),
E tias (Emília).*

AGRADECIMENTOS

Durante o percurso de escrita deste trabalho e da minha graduação, muitas pessoas e instituições contribuíram direta ou indiretamente na minha formação, com as quais agradeço imensamente pelas oportunidades que me proporcionaram.

Começo agradecendo especialmente às minhas entrevistadas, Giulia e Mafalda, por se disponibilizarem a compartilhar as suas histórias, que me marcaram enquanto ser humano e pesquisadora. Serei eternamente grata por participarem desta monografia, a qual sem vocês não teria obtido esse resultado. Obrigada por tornarem-se tão especiais nessa minha jornada e espero que futuramente possamos construir mais (re) conhecimentos juntas.

Ao meu orientador, Fábio Kuhn, pela disponibilidade e por aceitar o convite de orientar e fazer parte deste trabalho.

Aos meus pais, pelo apoio disponibilizado à minha vida acadêmica e pelos sacrifícios que fizeram ao longo da vida para eu conseguir começar e concluir essa graduação.

À Manu, apenas por ser a minha irmãzinha que, mesmo não morando mais juntas, sempre se mantém presente na minha vida, me tirando muitas risadas quando estamos perto uma da outra.

Aos meus amigos, Vitória, Andrei, Alice e Camila, por todo o apoio, carinho e conselhos que fizeram com que eu me tornasse quem eu sou hoje. Sem vocês, não sei se conseguiria ter aguentado tanto. Obrigada por serem e continuarem sendo meus melhores amigos. Espero poder um dia retribuir tudo o que vocês fizeram por mim, assim como espero que possamos continuar caminhando e crescendo juntos.

Ao Gui, por ter sido o meu suporte diário em todos os momentos. Ter você na minha vida e o seu apoio me possibilitou não estar mais sozinha, e a isto eu sou eternamente grata. A sua presença, carinho e acolhimento me mostraram como é bom ter alguém; um alguém que ressignificou muitas formas minhas de ver a vida e o amor. Amo você!

Ao professor Benito, pela sua disponibilidade e por seus conselhos durante a escrita do projeto deste trabalho, os quais foram essenciais neste TCC. Obrigada por ter me guiado e me mostrado as possibilidades do meu trabalho, e por ter acreditado nele sempre.

À minha segunda família, Eiko, Letícia e William, por também terem ressignificado para mim o que significa uma família e por terem me proporcionado momentos muito prazerosos, especialmente nos Natais e nas festas de fim de ano. Não podia ter pedido uma segunda família melhor que vocês!

À CAPES, CNPq e UFRGS, por todo apoio financeiro e institucional que possibilitaram uma boa formação e a conclusão do meu percurso acadêmico.

E, por fim, a *baa-chan* e a tia Emília: gostaria de poder ter tido mais tempo com vocês, de poder ter ouvido suas histórias, memórias e experiências. Gostaria de poder ter conseguido retribuir todo o amor, carinho, compreensão e presentes que vocês, neste curto período que nos conhecemos, me proporcionaram. Este trabalho é graças a vocês: onde quer que vocês estejam, eu sempre vou lembrar de vocês. Obrigada por me amarem e por me permitirem amar vocês.

Eu acredito no poder da história. Acredito que as histórias têm um papel importante a desempenhar na formação dos seres humanos, que podem estimular, surpreender e inspirar seus ouvintes.

Hayao Miyazaki

RESUMO

Este trabalho trata sobre a imigração japonesa no Rio Grande do Sul e tem como foco estudar as representações em torno das mulheres japonesas e investigar como estas aparecem em diferentes narrativas deste fenômeno histórico. A relevância da temática deve-se pelos impactos significativos que esta imigração possibilitou na cultura, economia e sociedade local, visto que se constituiu em um dos principais fluxos migratórios para o estado. O objetivo é analisar, a partir dos acontecimentos históricos referentes à imigração, quais foram as contribuições dessas mulheres, assim como de que forma essas representações influenciaram não apenas na constituição de suas memórias sobre esse passado, mas também na constituição de suas experiências identitárias. Para isso, utilizou-se, como metodologia, entrevistas com duas descendentes de uma mesma família de imigrantes, fotografias, caricaturas e publicações presentes nos periódicos *Jornal do Dia* e *Diário de Notícias*. Como resultados parciais, percebe-se que as representações em torno das mulheres japonesas são fluidas, heterogêneas e dinâmicas, as quais variam conforme as condições histórico-culturais em que estão inseridas, podendo influenciar tanto na construção de suas subjetividades quanto nas identidades de outros (as) membros de suas comunidades.

Palavras-chave: Imigração japonesa. Atuação feminina. Mulheres japonesas. Representação. História Oral.

ABSTRACT

This work deals with Japanese immigration in Rio Grande do Sul and focuses on studying the representations around Japanese women and investigating how they appear in different narratives of this historical phenomenon. The relevance of the theme is due to the significant impacts that this immigration made possible in the culture, economy and local society, since it constituted one of the main migratory flows for the state. The objective is to analyze, from the historical events related to immigration, what were the contributions of these women, as well as how these representations influenced not only the constitution of their memories about that past, but also the constitution of their identity experiences. For this, interviews with two descendants of the same family of immigrants, photographs, caricatures and publications present in the periodicals *Jornal do Dia* and *Diário de Notícias* were used as a methodology. As partial results, it is perceived that the representations around Japanese women are fluid, heterogeneous and dynamic, which vary according to the historical-cultural conditions in which they are inserted, being able to influence both the construction of their subjectivities and the identities of others members of their communities.

Keywords: Japanese immigration. Female acting. Japanese women. Representation. Oral History.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Quadro comparativo que traz a quantidade de obras publicadas no SABi UFRGS nos períodos de 2010 a 2020, referentes às seguintes imigrações: italianas, alemãs, polonesas, judaicas e japonesas no Rio Grande do Sul	11
Figura 1: Cena da partida do <i>Kasato-Maru</i> com destino ao Brasil	20
Figura 2: Caricatura do presidente norte-americano Franklin D. Roosevelt e do imperador japonês Hirohito	30
Figura 3: Japonesas praticando uma atividade tradicional	44
Figura 4: Japonesas realizando uma cerimônia do chá	46
Figura 5: Desfile do concurso <i>Miss Nikkei</i>	57

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAMENTOS

JICA - Agência de Cooperação Internacional do Japão

K.K.K.K - *Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha*

Enkyo - Associação de Assistência Nipo-Brasileira do Sul

ACJ - Associação da Cultura Japonesa de Porto Alegre

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

REPHO - Repositório de Entrevistas de História Oral/UFRGS

BIBCSH - Biblioteca de Ciências Sociais e Humanidades

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. CONHECENDO AS TRAJETÓRIAS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA: POSSIBILIDADES LIMITES E DESAFIOS	17
2.1. A imigração japonesa em contexto mundial e nacional: primeiros desdobramentos	17
2.2. Do sonho de retornar à realidade da colônia: o caráter experimental da imigração em terras brasileiras	19
2.3. O imigrante que nos convém: o desenvolvimento dos discursos anti-nipônicos na fase tutelar e suas consequências no transitar dos japoneses	23
3. “ELES ESTÃO AQUI NO MEIO DE NÓS”: A IMIGRAÇÃO JAPONESA NO RIO GRANDE DO SUL	32
3.1. A presença de japonesas e japoneses no estado	34
3.2. Concepções e imagens relativas às mulheres japonesas na imprensa gaúcha	39
4. VOZES ENTRELAÇADAS: REFLEXÕES A PARTIR DA PRÁTICA DE PESQUISA COM A HISTÓRIA ORAL	48
4.1. Memórias e experiências femininas da família Nakata	48
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
6. FONTES	62
REFERÊNCIAS	63

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve sua origem em questionamentos de como as mulheres japonesas experienciaram o processo da imigração para o Brasil e, aliado a isso, como as representações foram construídas em torno dessas mulheres, especialmente daquelas que vieram para o Rio Grande do Sul. Pela imigração japonesa ter sido objeto de vários estudos em outras áreas do conhecimento, é que este trabalho também buscou responder algumas indagações a respeito de como esse fenômeno é estudado dentro da História, sobretudo levando em consideração aqueles debates que circundam o campo dos estudos de gênero.

Ao realizar um primeiro levantamento bibliográfico sobre a temática no acervo da Biblioteca de Ciências Sociais e Humanidades (BIBCSH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), notei não apenas a escassez de títulos que fossem voltados às migrações asiáticas para o estado, como também a falta de estudos que abordassem mais especificamente a imigração japonesa dentro da história de formação do Rio Grande do Sul, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Quadro 1: Quadro comparativo que traz a quantidade de obras publicadas no SABi UFRGS nos períodos de 2010 a 2020, referentes às seguintes imigrações: italianas, alemãs, polonesas, judaicas e japonesas no Rio Grande do Sul.

	Total de obras presentes no SABi UFRGS (2010-2020)	Palavra-chave: Rio Grande do Sul (2010-2020)	Palavra-chave: História e Rio Grande do Sul (2010-2020)
imigração italiana	50 obras	33 obras	15 obras
imigração alemã	79 obras	52 obras	25 obras
imigração polonesa	12 obras	9 obras	5 obras
imigração judaica	6 obras	4 obras	4 obras
imigração japonesa	8 obras	1 obra	1 obra

Fonte: elaborada pela autora.

Essa escassez de pesquisas voltadas às migrações asiáticas por parte da historiografia sul-rio-grandense me trouxe questionamentos não só dos possíveis motivos desse silenciamento, mas também se existiriam outras formas de produção de conhecimento que poderiam ser (re) acessadas para compreender melhor a diversidade das experiências desse

passado. Se, conforme Célia Sakurai (2019), chegaram aqui no Brasil cerca de 250 mil japoneses entre os anos de 1908 e final dos anos 1970, onde essas e esses imigrantes estariam no Rio Grande do Sul? E em Porto Alegre? Será que existiriam espaços, pessoas ou até mesmo documentos dentro da capital que pudessem (re) contar as suas histórias?

Mesmo com a realização de novas pesquisas em outras bases bibliográficas (Portal de Periódicos da CAPES, Repositório Digital da UFRGS — LUME e Google Acadêmico) ainda sim constatei que a literatura sobre a imigração japonesa para o Rio Grande do Sul possui lacunas, especialmente no que tange às experiências femininas dentro do processo migratório. Com exceção de alguns trabalhos que buscam trazer novos olhares para a imigração dessas comunidades sob as perspectivas de gênero (GAUDIOSO e SOARES, 2017; CRAVO e SOARES, 2010; DA SILVA e SOARES, 2011), as mulheres japonesas, até o momento, são pouco utilizadas como objetos de estudos sistemáticos no âmbito acadêmico da História.

Tendo em vista isso, é que esta pesquisa se insere não apenas enquanto uma tentativa inicial de trazer atuais reflexões em torno dessa migração para o solo gaúcho, mas também como as mulheres japonesas vivenciaram esse processo, quais foram as suas contribuições históricas para o estado, e como essas diferentes práticas discursivas e imagéticas influenciaram nas gerações anteriores e seguintes, em particular naqueles relatos orais que foram coletados para a composição deste trabalho de conclusão de curso. Todavia, saliento que este não pretende realizar um esgotamento das questões que envolvem a imigração japonesa nacionalmente e regionalmente.

É justamente pela possibilidade de haver outros aspectos a serem explorados dentro dessa temática que trago como sugestões possíveis e novas discussões, a fim de serem revisitadas e questionadas conforme outras (os) historiadoras e historiadores sentirem-se convidadas (os) a (re) pensar a história dessa migração asiática para o Brasil e para o Rio Grande do Sul. Dessa maneira, é que propus, como objetivo geral e também como problema de pesquisa, de que forma essas mulheres são representadas dentro das narrativas da imigração japonesa no Rio Grande do Sul, além de objetivos específicos, como os de: (1) analisar os diferentes discursos e formas de representação presentes nas fontes históricas; (2) compreender a participação e a presença feminina no processo de imigração gaúcha; (3) entender como os papéis sociais atribuídos a essas imigrantes e suas descendentes influenciam nas dinâmicas sociais sobre preservação, manutenção e divulgação de memórias.

Aliado a estes objetivos e problema de pesquisa, é que foram escolhidos, como fontes de análise, duas formas diferentes de narrativas, dado que ambas oferecem outros

entendimentos sobre essas experiências migratórias. As fontes históricas utilizadas nesta monografia foram tanto depoimentos orais quanto fotorreportagens, sendo as últimas disponibilizadas em formato *online* na Hemeroteca da Biblioteca Nacional (BNDigital).

A metodologia, no entanto, foi pensada de forma separada, uma vez que são fontes diversas. Com relação aos relatos orais, estes foram pensados e coletados através dos procedimentos metodológicos disponibilizados pelo “Manual de Procedimentos do Repositório de Entrevistas de História Oral”, organizado e idealizado pelo REPHO (UFRGS).

Assim, a partir das sugestões deste manual, é que a realização das entrevistas se deu por meio de diferentes etapas, sendo elas: (1) elaboração de roteiro geral por meio da definição do perfil de pessoas a serem entrevistadas, com pesquisa e contatos prévios com as selecionadas para a coleta de tais depoimentos, assim como a elaboração e impressão da Carta de Cessão (ou do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido); (2) entrega e assinatura da Carta de Cessão; (3) coleta, transcrição e análise das entrevistas; (4) retomada do contato com as entrevistadas e devolução das transcrições. Por intermédio dessas etapas, é que foram consultadas, para fins deste trabalho, duas descendentes de origem nipônica, Mafalda Tadei Nakata (71 anos) e Giulia Mayumi Cantelli Tadei Nakata (25 anos), pertencentes a uma mesma família de imigrantes.

Inicialmente, as entrevistas ocorreriam com três descendentes, de diferentes núcleos familiares. Contudo, após a coleta dos depoimentos da família Nakata, percebi o quão interessante e enriquecedor seria para a escrita deste trabalho que estas entrevistas fossem trabalhadas em conjunto, uma vez que essa família possui memórias e experiências femininas muito particulares, as quais nos demonstram como a existência das interseccionalidades de gênero, etnicidade e geração se conversam em um mesmo núcleo familiar, gerando consequências divergentes na construção das subjetividades dessas duas descendentes.

Quanto às fotorreportagens, das 25 coletadas na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, foram escolhidas apenas 3 para a redação desta monografia. Essa escolha foi feita a partir de dois critérios principais: (1) são reportagens que estão inseridas em seções voltadas para o público feminino destes periódicos; (2) são matérias e colunas que contém informações específicas sobre a presença feminina japonesa no Brasil. A análise das fotorreportagens se deu a partir das problematizações e considerações propostas por Kossoy (2002).

Por meio das ideias que envolvem aquilo que o autor denomina como “desmontagem do processo de construção fotográfica” (KOSSOY, 2002), busquei realizar a análise das matérias jornalísticas tanto do ponto de vista iconográfico (o que aparece visível na

fotografia) quanto pelo iconológico (questionar o processo de criação que resultou em tal representação), a fim de demonstrar como as fotografias que estão presentes nos periódicos passam por um processo de escolha e de seleção, assim como de que estas devem ser analisadas conjuntamente aos seus conteúdos discursivos. Tendo em mente que a temática da imigração possui uma gama diversificada de abordagens teóricas, é que se selecionaram alguns conceitos norteadores para redação do trabalho, sendo eles: representação, gênero e etnicidade.

A noção de representação proposta por Chartier (2002) se fez de suma importância para esta pesquisa, visto que essa guiou as indagações que envolviam os debates em torno do gênero e da etnicidade. Por ser um conceito que é delineado com o acúmulo de contribuições de vários autores, é que as diferentes formas de representação utilizadas para compor esta monografia foram pensadas como “categorias de percepção do real” (CHARTIER, 2002), isto é, elas são variáveis segundo as disposições dos grupos ou classes sociais, os quais aspiram à universalidade, mas estão sempre determinadas pelos interesses daqueles que as forjam (CARVALHO, 2005, p. 149).

Arelada a ideia de que as representações podem ser estudadas através do confronto entre aquelas impostas por quem detém o poder de classificar e nomear, e aquelas construídas pela própria comunidade (CARVALHO, 2005), é que o gênero também auxiliou na percepção das problemáticas que envolviam as representações disponibilizadas em torno das mulheres japonesas. A partir da ideia de que o gênero deve ser entendido enquanto uma categoria de análise, isto é, como um saber que abarca símbolos e significados que constroem todo um universo de relações sociais e também de relações entre homens e mulheres (SCOTT, 1990), é que o gênero foi empregado de forma a salientar como essas representações também são constituídas por diferenciações de gênero, as quais influenciam não apenas nos conteúdos das narrativas jornalísticas, como também nos relatos orais das descendentes entrevistadas.

Já com relação ao conceito de etnicidade, este foi trabalhado levando em consideração as proposições e problematizações de Barth (1969), o qual salienta que a etnicidade é uma construção social, que é moldada pelas interações entre os grupos humanos e suas práticas culturais compartilhadas. Portanto, e atrelado às outras noções, é que tentei demonstrar como as fronteiras étnicas (de diferenças culturais, linguísticas, históricas ou outras características distintivas), que compõem essa noção de etnicidade, são fluidas e dinâmicas, onde os indivíduos podem pertencer a vários grupos étnicos ao mesmo tempo, dependendo do contexto e das circunstâncias em que estão inseridos (BARTH, 1969).

O trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo trazemos a contextualização histórica da imigração japonesa para o Brasil, entre os anos de 1908 a 1950, antes da chegada destes e destas para o Rio Grande do Sul. Para isso, tem-se como base os estudos de: Makino (2010), Kodama e Sakurai (2008; 2019), Lesser (2001; 2015), Takeuchi (2008; 2009), Shimabuko (2016), Shizuno (2008), Ueno (2019), Dezem (2005) e André (2011). Por meio desses (as) autores (as), demonstramos tanto as particularidades desse fenômeno histórico, que está diretamente ligado às sujeições criadas pelas políticas migratórias do Brasil e do Japão, como também a recepção dos (as) imigrantes pelos mais diversos segmentos sociais, as formas que estes (as) estabeleceram-se, seus modos de vida e organização social no novo país.

No segundo capítulo evidenciamos como a imigração japonesa sucedeu-se para o estado do Rio Grande do Sul, realizando um breve contexto histórico dessa corrente imigratória para o estado, aliada à atuação feminina dentro das colônias de Ivoti e de Santa Maria. Ademais, debatemos não só como a imprensa gaúcha (re) produziu as representações em torno das mulheres japonesas, mas também analisamos como esta mobilizava essas representações nas suas matérias jornalísticas, de forma a enquadrar essas mulheres em lugares e papéis sociais de gênero específicos. Foram utilizados para este capítulo, especialmente, os trabalhos de Flores (2003), Schpun (2008), Tanaka (2003), Doll (2003), Gaudioso (2010; 2017), Soares (2010; 2017), Kubota (2008), Hohlfeldt (2006), Alves (2019) e Takeuchi (2009).

No último capítulo, apresentamos algumas aproximações das entrevistas coletadas com as metodologias da História Oral. A partir desses depoimentos, sinalizamos tanto a importância da História Oral para esta pesquisa quanto como esses relatos possuem particularidades, os quais relacionam-se com as discussões sobre fronteiras étnicas e sobre interseccionalidades, especialmente aquelas que envolvem gênero, etnicidade, identidade e geração, sendo mobilizados os (as) seguintes autores (as): Alberti (2005), Rivera Cusicanqui (1987), Anzaldúa (2002), Favret-Saada (2005), Barth (1969) e Almeida (2018).

Por fim, apresentamos as considerações finais. Por meio da análise de duas formas diversas de narrativas históricas (jornalística e oral), concluímos que as representações que dizem respeito às mulheres japonesas dependerão das condições históricas, sociais, políticas, econômicas e diplomáticas em que estão inseridas. Dependendo dos interesses daquelas que as forjam e das articulações individuais e coletivas dos (as) japoneses (as), essas serão

mobilizadas a partir do confronto desses interesses, podendo ser atualizadas e/ou (re) acessadas pelos mais diversos segmentos sociais.

2. CONHECENDO AS TRAJETÓRIAS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA: POSSIBILIDADES, LIMITES E DESAFIOS

Esse capítulo inicial tem por objetivo contextualizar o processo migratório de japonesas e japoneses para o Brasil, além de evidenciar quais os motivos que levaram elas e eles a saírem de seu país de origem. Ademais, pretende-se demonstrar as particularidades desse fenômeno, o qual não é exatamente idêntico às outras migrações internacionais (MAKINO, 2010).

De acordo com Sakurai (2019), a história da imigração japonesa no Brasil pode ser dividida em duas fases principais: uma primeira fase, que vai de 1908 até meados de 1924, caracterizando-se por possuir um caráter “experimental”; e uma segunda fase, que abrange os anos de 1924 até aproximadamente 1941, sendo referenciada como “tutelada”. A partir dessa divisão, é que observaremos também as nuances de cada fase, assim como se sucedeu a recepção dessas e desses imigrantes pelas autoridades nacionais e pelos mais diversos segmentos sociais.

Por fim, será discutido como as representações, que diziam respeito às comunidades japonesas, passaram por reformulações e modificações, especialmente devido à instauração do Estado Novo (1937 – 1945) e da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945). Partindo da ideia de que as representações referem-se a um processo dinâmico e interativo que envolve tanto a produção quanto a recepção dos “significados” atribuídos a uma determinada identidade (CHARTIER, 2002), procurou-se também neste capítulo salientar como essas representações foram mobilizadas e de que forma essas se relacionam com os eventos históricos, visto que influenciaram tanto individualmente quanto coletivamente na vida dos (as) integrantes das comunidades japonesas, especialmente após a suspensão das relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão na década de 1950.

2.1 A imigração japonesa em contexto mundial e nacional: primeiros desdobramentos

Mesmo habitando em terras estrangeiras, nunca se esqueçam de ser um japonês exemplar. Que nenhum de vocês desonre a nossa pátria. Vão, e enquanto não obtiverem sucesso não voltem, mesmo que isso represente a própria morte. Este é o espírito. (CORREIA, 2008, p. 63-64)¹

¹ Tradução livre de CORREIA, Kyohaku. O que é primordial: budismo 100 anos. São José dos Pinhais: Editora RMC, 2008:63-64. Texto em japonês cf. KŌYAMA, Rokurō. *Imin Yonjūnen-shi* (História dos 40 Anos da Imigração). São Paulo, 1947:26-27. “*Gaikokuni ittewa shokun no hitori-hitori ga nihonkoku o otteiruto omoe.*

Dentro da sociedade contemporânea brasileira, assim como em outros países, podemos notar a presença e a circulação de algumas representações do que seria o território japonês e, de preferência, quem são aquelas e aqueles que habitam tal território. Ainda que estejamos falando sobre representações sobre japonesas (es), deve-se ter em mente que as representações, de um modo geral, são provenientes de um processo social e histórico, o qual depende do contexto em que os seus significados são produzidos e recebidos. Isto quer dizer que, ao analisarmos as representações produzidas em torno das comunidades japonesas e, conseqüentemente, das mulheres que estão inseridas nestes coletivos, perceberemos que elas não dizem apenas respeito à produção desses símbolos, mas também à práticas de interpretação e de recepção desses pelo mundo social (CHARTIER, 2002).

O século XIX, diferentemente de outros períodos anteriores, se destaca por uma grande movimentação e emigração em massa de japonesas e japoneses, uma vez que estavam ocorrendo mudanças significativas no modelo tradicional de trabalho proposto no Japão. Enquanto que no modelo anterior o trabalhador camponês era ligado e subordinado a um senhor detentor de terras, por outro lado o modelo capitalista trazia uma nova forma de empregabilidade desse mesmo trabalhador, tornando-o autônomo, livre para vender a sua força de trabalho e que conseqüentemente devia seus impostos em moeda ao governo (SAKURAI, 2019, p. 236).

Por conta disso, em especial no período Meiji, é que um grande número de nipônicos — com destaque às camadas mais pobres da população — deixam o Japão, a fim de sobreviver e adaptar-se às atuais condições de vida que lhes estavam sendo impostas dentro da nova e recente ordem mundial capitalista. Segundo Sakurai (2019), o primeiro destino dessas comunidades são as ilhas do arquipélago do Havaí, em que, inicialmente, jovens do sexo masculino iam ao reino independente para atuar como trabalhadores temporários no corte da cana-de-açúcar. Com o passar do tempo, esse fluxo contínuo de japoneses passa a se tornar um movimento migratório propriamente dito e, entre os anos de 1884 e 1924, cerca de duzentos mil japoneses compunham o arquipélago havaiano, em que as plantações de café se tornaram bem-sucedidas.

Shokun no hitori-hitori ga nihonjin no taimen o yogosubekarazu. Seikô sezunba shisutomo kaezu no kakugo de ikubeshi". Disponível em: <<http://www.brasiliminbunko.com.br/25.Imin.40nen.Shi.pdf>>. Acesso em 05 de janeiro de 2023.

A aventura havaiana abriu caminho para um novo destino: a costa oeste dos Estados Unidos. Primeiro, para a Califórnia, depois, para estados mais ao norte do país e em direção à Colúmbia Britânica, no Canadá. A partir daí, os Estados Unidos e o Canadá passaram a ser os destinos preferidos pelo leque de oportunidades que ofereciam. (SAKURAI, 2019, p. 238)

Por mais que a imigração para as ilhas havaianas tenham sido, em grande parte, bem sucedida, esse cenário de certa prosperidade não se manteve quando as (os) imigrantes chegaram na América do Norte, visto que, na virada do século XIX para o XX, as questões raciais e a discriminação estavam presentes no cotidiano da população local norte-americana. Dessa maneira, as (os) japonesas (es), assim como outros asiáticos, eram vistos como raças inferiores, recebendo tratamentos hostis e uma desvantajosa concorrência com os brancos por postos de trabalho. Esse clima de hostilidade manteve-se também em outras regiões da América Latina, como foi o caso do Peru, que passou a proibir a entrada de novas (os) imigrantes a partir de 1936 (SAKURAI, 2019).

É importante salientar que no caso do Brasil, ainda que a imigração dessas comunidades faça parte de uma tendência mundial da época na realização de deslocamentos intercontinentais, ao mesmo tempo, ela não é exatamente idêntica às outras migrações internacionais que ocorriam no continente americano (MAKINO, 2010). Isso se deve, sobretudo, às políticas migratórias do Brasil e do Japão que, pela falta de mão de obra para a economia cafeeira e pelo fim do modelo tradicional de trabalho japonês associado às pressões demográficas internas, fizeram com que estes países começassem a criar relações que levaram a uma longa e tortuosa história da imigração japonesa ao Brasil (KODAMA; SAKURAI, 2008).

Devido à exacerbação dos movimentos antinipônicos principalmente na América do Norte, é que o Brasil passou a ser o destino mais procurado pelas (os) imigrantes e pelo Estado japonês, realizando, em 1835, a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre Brasil e Japão, sucedendo-se assim o começo de uma nova história de vida para as japonesas e para os japoneses.

2.2 Do sonho de retornar à realidade da colônia: o caráter experimental da imigração em terras brasileiras

Anoitecer: à sombra d'árvore choro colhendo café
Penso no migrante que fugiu, estrela luz em prado seco. (KIYOTANI, 1992, p. 73)

Pode-se dizer que a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre Brasil e Japão em 1835 foi um passo marcante para a manutenção das relações diplomáticas entre os dois países, mas não significou a saída imediata das japonesas e dos japoneses para o Brasil. Conforme Tanaka (2003), é apenas em 1902 que o governo brasileiro passa a se interessar pela mão de obra japonesa, visto que neste momento o governo italiano restringia a vinda de novos imigrantes.

Porém, por parte do Estado brasileiro, é importante evidenciar que essa restrição italiana não foi o único fator que dificultava a imigração japonesa para o Brasil. Para Dezem (2005), antes mesmo de sua chegada, já existia, ainda que de forma indefinida, concepções e imagens associadas ao “perigo amarelo” no universo mental da população brasileira, principalmente na região Sudeste do país. Ainda de acordo com o historiador, diversos atores sociais influenciaram na construção de representações ambíguas sobre o “elemento oriental”, que ora trazia aspectos positivos e idealizados dos amarelos, ora aspectos negativos sobre a substituição da mão de obra negra livre pela asiática no trabalho da lavoura, em que discutirei esses aspectos mais detalhadamente na seção 2.3 deste capítulo.

Apesar de haver a necessidade de manutenção da mão de obra vigente, ainda sim os interesses políticos brasileiros priorizavam trabalhadores que atendessem às expectativas de manter seus projetos de branqueamento populacional, uma vez que a presença de imigrantes asiáticos no país reforçava o “atraso” racial do Brasil quando comparado com outras nações globais. No entanto, independentemente das discordâncias da opinião pública sobre a inserção de imigrantes japoneses no Brasil, isso não impediu completamente a chegada destas e destes em meados de junho de 1908, quando o navio *Kasato-Maru* atracou no porto de Santos, com os primeiros 781 integrantes oriundos de diversas regiões e de ofícios variados da que viria a ser a maior comunidade japonesa fora do Japão.

Figura 1: Cena da partida do *Kasato-Maru* com destino ao Brasil.



Fonte: *National Diet Library (Japan)*, 2009.

Mesmo com a divulgação em massa feita pelas companhias de emigração, ainda sim muitos imigrantes japoneses que aqui chegaram possuíam poucas informações do que verdadeiramente era o Brasil. A falta de conhecimento sobre as reais dimensões do país, da diversidade cultural e muito menos do que significava conviver com pessoas de outras nacionalidades e de diferentes raízes culturais, fizeram com que as japonesas e os japoneses mostrassem um desânimo e uma frustração quanto ao Brasil que estava diante de seus olhos: “Mentiu quem disse que o Brasil era bom, mentiu a companhia de emigração” (HANDA, 1987).

Ademais, a dificuldade de comunicação, de adaptação ao clima e ao trabalho nas lavouras, assim como a culinária, foram os principais obstáculos que elas e eles encontraram ao migrarem para o país, sobretudo quando houve a sua distribuição para as fazendas de café no interior de São Paulo, seu primeiro destino agora em terras brasileiras. É importante destacar que as primeiras famílias tinham o desejo de retornar ao país de origem enriquecidos mas que, ao chegarem aos cafezais, encontram-se na situação de que o tão sonhado retorno não seria possível, e que o dito “enriquecimento rápido” divulgado pelas companhias governamentais estava longe de se tornar realidade.

Com relação aos fazendeiros, que esperavam colonos dóceis e favoráveis ao trabalho árduo nas lavouras, logo descobriram que essas famílias eram tão avessas aos maus-tratos quanto os (as) outros (as) imigrantes, fugindo completamente do ideal de imigrante (branco, europeu e católico) que eles tanto esperavam possuir em suas terras (LESSER, 2015).

Ao que tudo indica, a vida nas fazendas foi desde o começo uma grande decepção para os imigrantes. As casas que haviam sido-lhes destinadas nada mais eram que pequenas choças, não havendo sequer camas ou outros móveis em seu interior, de modo que os imigrantes fossem forçados a passar a noite deitados no chão. Os horários dos imigrantes eram regulados por sinos ou cornetas, e o trabalho era supervisionado por um capataz, que podia ou não estar afeito ainda às formas como se controlavam os escravos até 20 anos antes, quando a escravidão ainda existia. Além de ter sido difícil a colheita, naquele ano, muitos imigrantes perderam parte dela por conta do atraso na partida do vapor e demoraram a habituar-se ao novo tipo de trabalho, de modo que não só pouco café foi colhido, como também os vencimentos foram menores. Na fazenda Dumont, onde as condições eram piores, dificilmente uma família de três pessoas conseguiria juntar, ao cabo de um dia, a quantia de 1.500 réis (o equivalente a 0,90 *ienes*), dado o desgaste dos pés de café e a safra ruim reservada àquele ano. A isso acrescem-se os altos preços das mercadorias, que tornavam impossível aos imigrantes adquirirem com tranquilidade os víveres necessários à sua subsistência, muito menos guardar suas economias.²

Por conta dos imensos obstáculos e das precárias condições de trabalho, que davam muito menos retorno que o esperado, é que muitos dessa primeira leva de imigrantes não só planejaram fugas das fazendas para as áreas urbanas, como também se direcionaram para outras regiões do território brasileiro, podendo-se destacar os estados de Minas Gerais e Paraná, onde os nipônicos dedicaram-se especialmente na construção de estradas de ferro. Alguns ainda reemigraram para a Argentina, visto que o cenário trabalhista e os salários eram muito mais propícios para a sobrevivência das famílias do que as presentes no Brasil.

Conforme iam se estabelecendo, aos poucos e em um curto período de tempo, as famílias que aqui se fixaram conseguiram modificar o quadro negativo que até então haviam experienciado, transformando-se em pequenos proprietários. A partir de 1917, e tendo em vista a grande fuga de japoneses das fazendas de café, é que o governo do estado de São Paulo, conjuntamente com as empresas público-privadas nipônicas, começam a organizar colônias exclusivamente japonesas, que viriam a auxiliar em mudanças no modelo de imigrações japonesas que vinha sendo empregado no território brasileiro.

A criação da Companhia de Emigração (KKKK), no mesmo ano, possibilitou que esses pequenos proprietários adquirissem terras em áreas consideradas inutilizáveis pelos fazendeiros brasileiros, por meio de acordos de compras ou concessão com o governo do estado. Dessa primeira fase da imigração, também conhecida como experimental, é possível verificar que a produção desses agricultores se diversificava, começando o estabelecimento de

² A seguinte citação encontra-se na exposição virtual “100 anos de Imigração Japonesa no Brasil”, sendo elaborada e revisada pelos membros da seção de História Política da Biblioteca Nacional do Parlamento e pelo professor Susumu Miyao, do Centro de Estudos Nipo-Brasileiros. Disponível em: <https://www.ndl.go.jp/brasil>. Acesso em: 5 de janeiro de 2023.

colônias voltadas para a produção de café, algodão, arroz, chá, bicho da seda e hortaliças para o abastecimento das cidades.

Ademais, segundo Kodama e Sakurai (2008), é interessante saber que nessa primeira fase da imigração as associações e as realizações coletivas foram muito importantes para a manutenção das “identidades japonesas”. Organizações como jornais em Língua Japonesa³, escolas primárias e cooperativas agrícolas tinham como objetivo não só ajudar a enfrentar as situações adversas que surgiam nas colônias, mas também garantir o bom resultado dos empreendimentos realizados pelos membros dessas comunidades.

No entanto, por mais que essas e esses imigrantes começassem a demonstrar um relativo êxito nos seus empreendimentos, os quais estavam dando frutos de uma possível estabilidade, isso não quer dizer que os debates em torno da assimilação dos (as) japoneses (as), assim como o “medo social da mongolização” (LESSER, 2001, p. 159) deixassem de existir no seio da sociedade brasileira. À medida que o número da entrada de japoneses aumentava, um crescente sentimento anti-japonês se desenvolvia em meio às elites e às classes trabalhadoras, acirrando-se em meados da década de 1920 e especialmente no decorrer dos anos 1930 e 1940, em virtude dos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial.

2.3 O imigrante que nos convém: o desenvolvimento dos discursos anti-nipônicos na fase tutelar e suas consequências no transitar dos japoneses dentro do Brasil

Nem cinco, nem dez, nem vinte, nem cinquenta anos serão suficientes para uma verdadeira assimilação dos japoneses que praticamente devem considerar-se inassimiláveis. [...] Há característica que nenhum esforço no sentido da assimilação conseguirá remover. Ninguém logrará, com efeito, mudar a cor e a face do japonês, nem a sua concepção de vida, nem o seu materialismo. (CAMPOS apud LENHARO, 1986, p.132)

Antes mesmo dos primeiros imigrantes japoneses chegarem ao território brasileiro em 1908, havia um discurso ligado ao desconhecido, ao diferente e ao outro (UENO, 2019). Esse discurso que ao longo do tempo foi tomando corpo dentro da sociedade brasileira é proveniente da incessante busca do Ocidente em estudar, investigar e explorar o Oriente, visto que “a própria identidade ocidental — de cultura, tradições e costumes — pode ser delimitada

³ De acordo com Jeffrey Lesser (2014), em todas as colônias imigrantes, os jornais eram o fator de maior importância para a criação de identidades locais, mostrando-se veículos de comunicação e de aproximação entre as comunidades japonesas presentes no Brasil. Alguns jornais merecem destaque, tais como: o *Shukan Nambei* (1916), o *Nippak Shimbun* (1917) e o *Burajiru Jih* (1917).

apenas quando posta em contraste com o imaginário oriental” (SAID, 1990). Desse modo, é que esse subcapítulo buscará expor algumas considerações de como se deu a origem do chamado “perigo amarelo” no Brasil e como esse medo afetou nas vidas dessas e desses imigrantes, sobretudo quando se deu a institucionalização de certos discursos em forma de lei na Constituição de 1934 e com a centralização do poder no Estado Novo (1937 - 1945).

Como Shimabuko (2016) afirma, deve-se ter em mente que o mito do “perigo amarelo” é um instrumento político, cujas origens remontam a uma tradição de obras e de crença similar — porém não sinônima — à ideologia orientalista⁴, sendo extremamente mutável e que depende inteiramente da conjuntura política, visando sempre favorecer o Ocidente nas mais diversas situações históricas. Além disso, o “perigo amarelo” possui uma aplicabilidade: “ele é um recurso na manipulação das relações de poder e aliança que visa manter a hegemonia euro americana, conduzindo o medo coletivo numa lógica de terror” (SHIMABUKO, 2016, p. 8), sendo mobilizados pelos Estados a partir de suas políticas imperialistas.

No caso do Brasil, a ideologia orientalista, em conjunto com o mito do “perigo amarelo”, foi mobilizada de forma distinta quando comparada com outros países, visto que houve uma adaptação das teorias raciais advindas da Europa para a realidade brasileira. Essas teorias raciais derivadas da Europa, entre o fim do século XIX e início do século XX, ganharam mais força a partir de 1889, com a proclamação da República, dado que o Estado brasileiro almejava acabar com os resquícios de um passado escravocrata.

Em virtude disso, é que tanto a intelectualidade brasileira quanto suas autoridades políticas utilizaram-se de ideias positivistas de “ordem e progresso social” (DEZEM, 2005, p. 109), aliadas à modelos evolucionistas e do darwinismo social para justificar o seu novo projeto governamental, o qual era fundamentado no futuro de um Brasil branco. E, dessa forma, o discurso formulado teria dois elementos importantes: a raça como um conjunto de características físicas e o meio, que poderia ser modificado de acordo com os lugares (ANDRÉ, 2011, p. 72).

Portanto, é dentro desse contexto que a imigração de populações amarelas era considerada inadequada pelos adeptos às teorias raciais, mas que, em vista da diminuição do trabalho escravo e da escassez de mão de obra europeia, surgiram discussões acerca da

⁴ A ideologia orientalista, ou ainda o orientalismo, refere-se às expressões artísticas e literárias europeias que possuíam como premissa principal representar o Oriente (incluindo-se aí o Oriente Médio, o sul, leste e sudeste asiático, e mesmo o norte da África) de forma estereotipada e generalizadora, como também de trazer inferiorizar aquelas e aqueles que habitam nesses territórios.

empregabilidade e da introdução desses imigrantes asiáticos no território nacional. A primeira tentativa de uma possível utilização de trabalhadores asiáticos amarelos ocorreu em 1810, com a vinda dos trabalhadores “*chins*”⁵, devido à crise da produção de cana-de-açúcar no Nordeste.

Embora poucos chineses tenham imigrado para o Brasil antes de meados do século XX, as elites brasileiras conheciam bem a China e seu povo. Portugal foi a primeira potência marítima europeia a estabelecer relações diretas com o Império Chinês, em 1511. [...] Com a migração da Corte portuguesa para o Brasil, em 1807, o ministro das Relações Exteriores no exílio no Rio de Janeiro, o conde de Linhares, examinou a possibilidade de trazer 2 milhões de trabalhadores chineses para o Brasil. Sua ideia visava tanto contornar a proibição do tráfico de escravos decretada pela Inglaterra quanto satisfazer o desejo de D. João de transformar o chá em pequena escala em 1810: cerca de 750 plantadores de chá chineses seriam contratados para trabalhar no Jardim Botânico Imperial, no Rio de Janeiro. (LESSER, 2015, p. 50)

Apesar de haver os interesses da família imperial pela entrada de chineses no Brasil para o cultivo de chá, este experimento acabou fracassando e os imigrantes se dispersaram pelo território. Segundo Lesser (2015), não há dúvidas que o tratamento disponibilizado aos chineses era cheio de maus-tratos, além de que havia profundas divergências dentro das elites brasileiras sobre a manutenção da mão de obra chinesa, dividindo-se em dois principais grupos: os favoráveis e os contrários.

Ainda de acordo com o autor, ambos os lados contavam com intelectuais, grandes fazendeiros e políticos de grande influência que, para defenderem seus interesses, mobilizaram discursos muitas vezes ambíguos, dizendo ora que os chineses aumentariam a produção econômica e seriam um grupo mais barato, dócil e adequado para o trabalho agrícola do que os africanos, ora que eram biologicamente degenerados e que se seguissem trabalhando no Brasil, viriam a se converter em uma classe de neo-escravos (LESSER, 2015).

Esses discursos continuaram ao longo do século XIX e, a partir da proibição do tráfico negro em 1850 e da conseqüente diminuição do trabalho escravo, surge então uma nova discussão com relação à introdução desses imigrantes amarelos, em que o palco destes debates se dava principalmente nos chamados Congressos Agrícolas. Esses congressos tinham a prerrogativa de debater especialmente as questões relativas à imigração, assim como a possibilidade de trazer trabalhadores chineses para as áreas cafeeicultoras.

Mesmo depois de quase seis décadas da primeira tentativa de introdução dos “*chins*”, os argumentos continuavam os mesmos: haviam aqueles que eram pró-chineses, que viam na

⁵ A escolha do termo “*chin*” diz respeito a como este era empregado na época, uma vez que vários segmentos sociais se referenciam aos trabalhadores chineses dessa maneira no Brasil.

imigração chinesa uma possível forma de o Brasil integrar-se de maneira mais rápida nas disputas comerciais e econômicas que estavam acontecendo mundialmente, e os anti-chineses, que insistiam no “perigo amarelo” que essas comunidades representavam para o país. Esse problema da imigração chinesa só seria resolvido em 1880, quando Dom Pedro II negou a entrada de chineses para o Brasil alegando que “estes causariam ainda mais problemas étnicos” (LESSER, 2001, p. 102).

Por mais que os debates em torno da imigração chinesa tenham diminuído devido à atitude de Dom Pedro II, o discurso em torno da introdução do amarelo como um possível candidato a substituir a mão de obra europeia e negra no país será parcialmente aplicado aos japoneses, tendo em vista alguns acontecimentos da época. Em um primeiro momento, devido a vitória do Japão sobre a China em 1895, a ideia de que japoneses e chineses fossem iguais e pertencessem ao mesmo modelo de raça inferior começa a ser questionado, tornando-se ainda mais enfática quando o Japão ganha a Guerra Russo-Japonesa entre 1904 e 1905.

Contudo, essa diferenciação dura por pouco tempo pois, no início do século XX, o Japão passa a ser visto como uma nova “ameaça amarela” aos interesses das potências mundiais do período, como Rússia, Estados Unidos e Alemanha, por exemplo. Essa nova ameaça, agora incluindo imagens e estereótipos às japonesas e japoneses, também toma novas formas no discurso daqueles que se sentiam ameaçados, afinal, dentro dessa lógica, os súditos do Império do Sol Nascente possuíam um perigo político-militar que lhes permitia o domínio da raça amarela sobre a raça branca.

Logo, o discurso que era baseado na “ameaça chinesa” assumiu novas formas, mesclou-se a velhos estereótipos ligados aos chineses e foram sobrepostos ao japonês, transformando-se em uma “ameaça japonesa” ou mais conhecida como o perigo amarelo. A estratégia japonesa aliada à conquista do espaço econômico e o militarismo configuraram o conceito de perigo amarelo. (UENO, 2019, p. 107)

Essa mentalidade da “nova ameaça” em torno desses imigrantes estendeu-se para o Brasil, sendo muito emblemática as repercussões negativas sobre essas populações nos meios políticos e acadêmicos daquele período. A conjunção entre ameaça política e ameaça racial, sobretudo enfatizados pela Lei de Imigração de 1924⁶, faz com que se cresça ainda mais uma ambiguidade de ideias vinculadas ao imigrante japonês, ambiguidade essa que pode ser

⁶ Também conhecido como Ato de Imigração de 1924, foi um regime legal de regulação da imigração para os Estados Unidos da América da qual incluía, como legislação parlamentar, tanto a Lei das Origens Nacionais (*National Origins Act*) como também a Lei da Exclusão dos Asiáticos (*Asian Exclusion Act*), criando assim um regime jurídico federal que limitava o número de imigrantes a um máximo de 2% do número total de pessoas com aquela origem nacional que já residisse no país em 1890.

expressa pelo “desejo da nossa elite em repetir a modernidade japonesa [...] e pelo medo da degenerescência racial” (TAKEUCHI, 2008, p.174).

A Lei das Origens Nacionais de 1924, que vedava categoricamente a entrada de japoneses por não terem conseguido a nacionalidade norte-americana, muda os rumos não só dos subsídios brasileiros para estes e estas imigrantes, mas também japoneses. Até 1917, devido à falta de ingresso de europeus no Brasil por conta da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), ainda se havia subsídios paulistas para a integração desses trabalhadores nas lavouras de café, mas que, conforme a volta da imigração europeia para o país em 1922, acaba por ser definitivamente cancelada.

Esse cancelamento, assim como o fechamento de portas aos seus súditos por parte dos Estados Unidos, faz com que o governo japonês empreenda uma nova alternativa, que resulta não apenas no financiamento de passagens aos seus nacionais, como também de investir capitalmente nas companhias de emigração. O pensamento por trás dessa política de Estado ao disponibilizar incentivos para as companhias de emigração era o de que, ao adquirir terras no Brasil e instalar benfeitorias das quais pudessem manter esses japoneses na nova pátria, estas e estes poderiam auxiliar na produção de matérias-primas que seriam, posteriormente, exportadas para as indústrias japonesas (TAKEUCHI, 2009).

Consequentemente, esse incentivo oficial do governo japonês, aliado à instalação de colônias e o aumento do número de japoneses, fez com que se circulassem ainda mais entre intelectuais, militares e políticos da época teses de que eles (as) estavam preparando-se para um futuro domínio político e militar sobre o Brasil. Não apenas os movimentos do Estado japonês influenciaram no aumento do “medo da mongolização”⁷, mas também o fato de que os governos de alguns estados concediam terras para a formação dessas colônias essencialmente japonesas, assim como de suas futuras expansões.

Conforme Takeuchi (2009), tais concessões foram vistas pelos antinipônicos como uma estratégia do Império do Sol Nascente em promover sua futura invasão militar no Brasil, especialmente no final dos anos 1920 e início da década de 1930, dado que o Japão implantou uma política agressiva contra a Manchúria, que viria a desencadear uma nova guerra contra a China em 1937. Nesse período, até aproximadamente a década de 1940, alguns estadistas e

⁷ O “medo da mongolização” é um termo que se refere a uma preocupação histórica de cunho racista que teve origem na Europa no final do século XIX e início do século XX. A expressão é usada para descrever o medo de que a raça europeia fosse “contaminada” por povos da Ásia Central, particularmente da Mongólia, através da mistura racial e cultural. Esse medo levou a políticas discriminatórias, como restrições à imigração de pessoas de origem asiática, e foi uma das causas subjacentes do imperialismo e do colonialismo europeu na Ásia Central e no Extremo Oriente.

intelectuais manifestaram a sua intolerância contra o “elemento japonês” de várias maneiras, seja através de discursos políticos, de livros ou até mesmo em forma de artigos.

O destaque dessas opiniões realmente se dá após a Revolução de 30, em que Getúlio Vargas (1882-1954) promove uma centralização do poder e desenvolve uma política de nacionalização, afetando a comunidade nipônica especialmente no período de seu governo intitulado como Estado Novo (1937-1945). Agora, os ataques à imigração passaram a fazer parte de forma mais ativa da agenda do governo, em que se trocava as velhas ideias de “branqueamento” por políticas federais que visavam o “abrasileiramento” das populações migrantes (LESSER, 2015).

Com a promulgação da Lei de Cotas na Constituição de 1934, a qual estabelecia uma cota anual fixada em 2% do número de imigrantes de cada nações chegadas nos últimos cinquenta anos⁸, percebe-se que as ideias até então discutidas tomam um lugar concreto dentro da política brasileira. A partir de propostas e emendas discutidas anteriormente à promulgação, através da Assembleia Constituinte de 1933, é possível identificar alguns políticos e intelectuais importantes para a aprovação de tal lei, podendo ser destacados: Arthur Neiva (1880-1943), Miguel Couto (1865-1934) e Antonio Xavier de Oliveira (1884-1953).

Arthur Neiva, diretor dos Serviços Sanitários do Estado de São Paulo e representante da bancada baiana, através da validação da emenda de nº 1053⁹, buscava permitir não apenas a entrada de imigrantes da raça branca, como também dar preferência a trabalhadores nacionais no processo de exploração da Amazônia. Isso porque, de acordo com o próprio, haveria uma possibilidade de que os imigrantes japoneses dominariam a Amazônia assim como fizeram com a Manchúria (UENO, 2019), retomando assim a ideia do “perigo amarelo” em seus discursos.

Ademais Neiva, referindo-se muitas vezes aos imigrantes como “aborígenes nipões”¹⁰, defendeu ao longo de sua carreira “teses científicas” vinculadas às concepções do darwinismo social e da eugenia racial, propondo novamente a necessidade do branqueamento da população brasileira e o fim das mais diversas migrações para o país. Não muito diferente do médico eugenista, Miguel Couto também propôs uma alteração na Constituinte¹¹, assim como

⁸ Essa Lei de Cotas estendia-se também para outros grupos migratórios como, por exemplo, judeus, árabes, entre outros.

⁹ “Só será permitida a imigração de elementos da raça branca, ficando proibida a concentração em massa, em qualquer ponto do país” (Anais da Constituinte, vol. IV, p. 211, 1933).

¹⁰ A ideia de “aborígenes nipões” está vinculada com a teoria da tribo perdida, a qual era mobilizada por políticos da época como forma de invocar uma relação de ancestralidade direta entre indígenas e asiáticos.

¹¹ “É proibida a imigração africana ou de origem africana, e só consentida a asiática na proporção, de 5 por cento, anualmente; sobre a totalidade de imigrantes dessa procedências existentes no território nacional. É

publicou uma série de obras¹² que afirmavam o “perigo amarelo” e o possível plano expansionista japonês.

Junto a estes parlamentares, Xavier de Oliveira afirmava em seus discursos que “os japoneses tinham tendências a desenvolver doenças mentais incuráveis” (TAKEUCHI, 2008, p. 178), enquanto que Neiva e Couto alertavam que a organização dos japoneses, “abutres e serpentes que se infiltraram para tomar todas as riquezas de nossa pátria”¹³, não era sinônimo de uma estética desejável ao Brasil, mas sim que essa organização era capaz de expurgar a raça brasileira que estava tentando se construir. Essas e outras falas foram muito presentes no período destacado e, com o Estado Novo, a situação piorava.

À vista de uma Segunda Guerra Mundial, Vargas empenhava-se na assinatura de novos decretos que reduzissem a influência estrangeira no Brasil, afinal o país se encontrava repleto de imigrantes das três grandes potências do Eixo (Alemanha, Itália e Japão).

A entrada de estrangeiros passou a ser estritamente controlada, e os imigrantes residentes foram proibidos de se congregarem em agrupamentos residenciais, tais como colônias étnicas. Foi decretado que apenas brasileiros natos poderiam ser diretores de escolas, e todo o ensino teria que ser em língua portuguesa e incluir tópicos “brasileiros”. Em inícios de 1939, o ministro da Justiça determinou que todas as publicações em língua estrangeira teriam que vir acompanhadas de traduções em português. O Ministério da Guerra passou a convocar filhos de residentes estrangeiros para prestar serviço militar, lotando-os em regiões distantes de seu local de nascimento. Ficou proibido de falar línguas estrangeiras em público, e os filhos brasileiros de residentes estrangeiros foram proibidos de viajar para o exterior. (LESSER, 2015, p. 223)

Não apenas as medidas restritivas faziam-se presente, como também circulavam imagens e representações produzidas pela imprensa brasileira que buscavam “cartoonizar” o desenrolar do conflito. Ao reproduzir essas imagens, Takeuchi (2008) acredita que os cartunistas tinham o propósito de realçar certos estigmas sobre essas populações através da encarnação do “ridículo” e do “cômico”, como uma forma de garantir que tanto elas quanto eles representassem não só um perigo à nacionalidade brasileira, como também a certeza de que os membros das comunidades japonesas deveriam ser controlados e vigiados em nome da segurança nacional.

vedado aos Estados fazer contratos para a introdução de imigrantes em contravenção do disposto neste artigo” (Anais da Constituinte, vol. IV, p. 492-493, 1933).

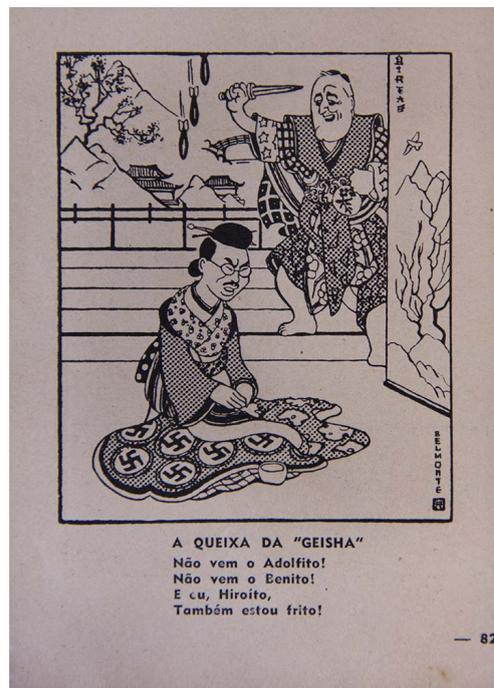
¹² Segundo Takeuchi (2007), algumas obras de Miguel Couto merecem destaque, como: “No Brasil só há um problema nacional: a educação do povo” de 1927, “A medicina e a cultura” de 1932 e “Seleção social” de 1933.

¹³ Cf. “Pronunciamento de Miguel Couto na Sessão de 27 de fevereiro de 1934. Assembleia Nacional Constituinte, 1933-1934”. In: *Annaes da Assembleia Nacional Constituinte*, pp.16-27. Cf. Valdemar Carneiro Leão, op. cit., p. 319.

Com o propósito de ilustrar esse objetivo dos cartunistas, é que destaco as produções do chargista Benedito Barros Barreto (1897-1947), mais conhecido pelo pseudônimo de Belmonte. Contratado na época pelo jornal Folha da Noite (SP), atual Folha de São Paulo, Belmonte concentra seus desenhos em uma série de charges sobre a política internacional, em que não poupou esforços para representar os líderes mundiais e os conflitos emblemáticos que estavam acontecendo durante a Segunda Guerra Mundial, como forma de associar os estereótipos dos líderes aos súditos nipônicos residentes no Brasil, podendo uma de suas representações ser encontradas na Figura 2.

Conforme Takeuchi (2008) aponta, podemos perceber que Belmonte possuía intenções muito claras. Ao retratar o imperador Hirohito travestido de gueixa¹⁴, em contraponto com a imagem produzida em torno do presidente norte-americano como um “samurai vingador”, o cartunista tenta ridicularizar o nipônico através de características que considerava definidoras das comunidades japonesas: um indivíduo acovardado diante dos seus aliados nazifascistas, com um físico “mediocre”, dentes proeminentes e uma postura “humilde”.

Figura 2: Caricatura do presidente norte-americano Franklin D. Roosevelt e do imperador japonês Hirohito.



Fonte: Folha da Noite, Caricatura dos Tempos. São Paulo, 1942.

¹⁴ Uma gueixa é uma artista tradicional japonesa que é treinada em vários tipos de artes, como música, dança, canto, jogos, conversa e etiqueta. As gueixas são geralmente mulheres e são consideradas como símbolos da cultura japonesa. Elas começaram a aparecer no Japão no século XVII, e atingiram seu auge de popularidade no final do século XIX e início do século XX. No entanto, as gueixas não são prostitutas, como alguns podem pensar. Elas são treinadas para serem anfitriãs profissionais, proporcionando uma atmosfera elegante e sofisticada para seus clientes em casas de chá tradicionais ou restaurantes. As gueixas são valorizadas por sua habilidade em entreter e proporcionar uma experiência cultural autêntica aos seus clientes.

Mobilizando esses tipos de características, Belmonte convida o (a) leitor (a) a criar e a elaborar uma interpretação falsa sobre as japonesas e japoneses, assim como de promover a discriminação delas (es) dentro do Brasil. Ademais, levando em conta a escolha de Belmonte ao travesti-lo como uma gueixa, este não só está desconsiderando o imperador enquanto uma figura masculina, mas também associando as gueixas, símbolos culturais japoneses de feminilidade, como mais um aspecto a ser destacado da “inferioridade japonesa” perante os outros países.

Além da imprensa, vale destacar a atuação da polícia política, sobretudo após o término da Segunda Guerra Mundial, uma vez que surgia no Brasil a *Shindo Renmei*¹⁵. Composta por imigrantes que haviam se aposentado como oficiais do exército japonês, essa liga tinha como principal objetivo manter no Brasil “um espaço permanentemente niponizado, com a preservação da língua, da cultura e da religião e reivindicando a abertura das escolas japonesas” (LESSER, 2015, p. 228), da qual não fugiu da lógica policial de combater esses “incompreensíveis imigrantes” (SHIZUNO, 2008).

Como Shizuno (2008) demonstra, a existência da *Shindo Renmei* foi mais um elemento que atestou a ideia de haver um perigo à nacionalidade brasileira que, com a derrota do Japão, desenvolveu-se uma nova forma de classificar estes indivíduos: os *makegumis* (“os derrotistas”) e os *kachigumis* (os “vitoristas”). Essa classificação garantia o papel da polícia, assim como do Estado, de investigar, vigiar e reprimir tudo aquilo que pudesse ser identificado como “perigo amarelo”, especialmente aqueles que eram considerados como *kachigumis*, que para a polícia eram vistos como “fanáticos”.

Contudo, reitero que, mesmo havendo essas novas denominações, a mobilização do “perigo amarelo” pelos diversos agentes sociais se estendia a todas (os) aquelas e aqueles identificados como japoneses, independentemente de derrotistas ou vitoristas, os quais sofreram repressões e silenciamentos conforme convinha às autoridades nacionais. Mesmo com o fim da Segunda Guerra Mundial, a corrente imigratória japonesa suspende-se e, aquelas e aqueles que conseguiram se manter dentro das colônias japonesas, ficaram marcados pelo “drama do isolamento e da discriminação sofrida” (KODAMA; SAKURAI, 2008, p. 25).

¹⁵ A *Shindo Renmei*, conhecida também como Liga do Caminho dos Súditos do Imperador, foi uma associação de caráter nacionalista e considerada, pelas autoridades nacionais da época, como uma organização terrorista, da qual foi criada no interior de São Paulo, na década de 1940 por *isseis* (descendentes nascidos fora do Japão ou japoneses que vivem regularmente no exterior).

É nesse ambiente de profunda descrença e abandono que observaremos, no capítulo seguinte, como, através da retomada das relações diplomáticas, a imigração japonesa para o Rio Grande do Sul se estabelece, dando origem às novas memórias e experiências desse fenômeno histórico.

3. “ELES ESTÃO AQUI, NO MEIO DE NÓS”: A IMIGRAÇÃO JAPONESA PARA O RIO GRANDE DO SUL

Antes de me deter nas discussões que perpassarão esse capítulo, gostaria de trazer uma pequena reflexão, que me acompanhou durante a escrita deste trabalho, quanto na escolha do título de abertura do mesmo. Quando estava me dirigindo para o local onde realizaria a pesquisa das minhas possíveis fontes, o motorista do Uber, ficou admirado não apenas pelo fato da existência de uma associação voltada para as comunidades japonesas em Porto Alegre, mas também pelo fato de que havia a presença de japonesas e japoneses na cidade, além das colônias aqui estabelecidas no estado.

Após uma longa conversa até o meu local de destino, este motorista falou algo que me marcou muito e que me fez pensar no possível desenvolvimento deste trabalho: “Interessante saber que eles estão aqui, no meio de nós”. Essa frase, por mais que tenha sido dita de maneira ingênua por este senhor, me deixou bastante reflexiva. Quem seriam esses “eles”, em contraponto com esse “nós”? Quais seriam os fatores ou até mesmo características que levaram essa pessoa a pensar que existe tal diferença?

Por conta disso, é que gostaria de iniciar esse novo capítulo dessa maneira, trazendo você, querido (a) leitor (a) a pensar junto comigo como, na sociedade gaúcha, a presença de japonesas e japoneses influenciou nessa percepção de que há uma diferença, não apenas em questões culturais, mas também em concepções de mundo, de subjetividades e de formação das identidades raciais e étnicas. Quando abrimos a “caixinha” que esse motorista denominou como “eles” e “nós”, percebemos justamente como, para existir um “nós”, deve haver um elemento de diferença, um “eles” que precisa ser identificado enquanto tal (BARTH, 1969).

Essa reflexão pode ser perpassada para outros tipos de migrações, não se detendo exclusivamente às japonesas e japoneses que residem aqui no estado. Quantas vezes não vimos, nos mais diversos meios de comunicação, diferentes grupos étnicos sendo representados de uma maneira estereotipada ou carregados de juízos morais e de valor sobre o modo como se vestem, se alimentam ou até mesmo se comportam?

Assim, é que neste capítulo, irei me deter não apenas em apresentar como se sucedeu essa imigração para o Rio Grande do Sul no contexto do pós-guerra, como também de que maneira as mulheres, que estão inseridas nas comunidades japonesas, foram representadas nos periódicos divulgados pela imprensa gaúcha. Chamarei mais atenção, ao longo desse capítulo, como essas representações influenciam na transmissão de certos estereótipos e de práticas

sociais, tendo essas representações como objetivo caracterizar essas mulheres a partir de determinados aspectos, sobretudo dos pontos de vista culturais e fenotípicos.

Na presença do “eles”, os olhares desse “nós” são apresentados das mais diversas maneiras, podendo ser destacadas duas formas de representação principais, quando analisamos matérias jornalísticas divulgadas pela imprensa: a representação linguística e a iconográfica. Ao analisarmos estas conjuntamente, observaremos que tanto a linguagem quanto as imagens contidas nesses materiais não são isentas de opinião, de valores e de moralidade, mas sim que há uma escolha, objetivos a serem atingidos ao divulgar tais representações sobre as comunidades às quais elas e eles pertencem.

Essas representações, ao serem disponibilizadas de tal maneira, irão ter uma repercussão de longa data, que gerará consequências não só no “eles”, como também no “nós”, a fim de reafirmar essa diferença, principalmente quanto também se há um projeto político voltado para a construção de uma “identidade gaúcha” no estado. No entanto, resalto aqui que essas representações, por mais que elas possuam seus objetivos específicos, não quer dizer que elas são aceitas por todas e todos dessas comunidades, nem que estas não sejam manipuladas por elas (es) ao longo da história sul-rio-grandense.

Veremos, especialmente no próximo capítulo, como essas representações perpassam diferentes gerações e que, dependendo do contexto de vida das descendentes dessas e desses migrantes da primeira geração, a construção de suas subjetividades em torno das suas “origens japonesas” será heterogênea e multifacetada. Em outras palavras é que, a partir dos relatos orais de duas descendentes, poderemos observar que existem sim aspectos em comum que geram uma identificação às comunidades japonesas, mas que, ao examinarmos alguns casos específicos, notaremos a presença não de uma única e homogênea “identidade japonesa”, mas sim de “japonesidades múltiplas”¹⁶, das quais ora se assemelham, ora se distanciam.

Mesmo havendo esses pontos de conexão, intersecção e de distanciamento, essas pessoas que se consideram e são consideradas japonesas não deixam de se identificar ou de serem identificadas com essas comunidades. Conforme Machado (2021), “ser japonesa” ou “ser japonês” não diz respeito a quantidade de características (fenotípicas ou culturais) que

¹⁶ A escolha pelo termo “japonesidades múltiplas” parte das ideias dispostas pelo cientista social Igor José de Renó Machado, do qual entende que, ao analisarmos os fenômenos étnicos que competem às migrações japonesas, estamos produzindo um novo olhar para este conhecimento, onde a “japonesidade não é, certamente, uma identidade, mas sim um conjunto de diferenças, uma multidão de alteridades” (MACHADO, 2021, p. 18).

um indivíduo possui, mas sim como são mobilizadas dentro das suas vivências, e como elas produzem as suas subjetividades perante essas comunidades étnicas.

Por fim, aliada a essas ideias, é que tentarei explicitar não apenas como as comunidades japonesas vivenciaram o processo de imigração para o estado, como também a atuação feminina foi extremamente significativa para a sobrevivência das colônias que se estabeleceram no sul do país. Ademais, me atentarei em trazer reflexões de como diferentes discursos e representações foram operacionalizados pela imprensa gaúcha, e de que maneira essas trouxeram repercussões nas vivências das futuras gerações japonesas, particularmente quando pensadas as questões de gênero, etnicidade, geração e identidade das descendentes, sendo estas questões mais exploradas no capítulo subsequente.

3.1 A presença de japonesas e japoneses no estado

Tendo em vista o que foi dito anteriormente no primeiro capítulo, sabemos que a imigração japonesa para o Rio Grande do Sul se deu de forma tardia, uma vez que os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, aliadas aos planos de governo do Estado Novo, dificultaram a vinda das (os) imigrantes para outros estados brasileiros, além de terem gerado significativas consequências nos seus modos de vida¹⁷.

Todavia, destaco que houve tentativas de colonização japonesa antes mesmo desses eventos. Compreendendo os anos de 1930 a 1936, o governo sul-rio-grandense, em parceria com a KKKK, realizava uma primeira tentativa de corrente migratória japonesa para o estado, nos municípios de Santa Rosa e São Sebastião do Caí. Mas que, por dificuldades econômicas e por imperícia administrativa, acabaram fracassando, levando 18 famílias japonesas à dispersarem-se pelo estado, bem como para Santa Catarina (FLORES, 2003, p. 177).

Assim, após essa tentativa frustrada, aliada com o contexto do pós-guerra, é que surge uma segunda corrente migratória para a região sulista. Vindo diretamente do Japão nos períodos de 1955 e 1963, Flores (2003) afirma que aqui desembarcaram “306 famílias, 149 solteiros e 35 moças escolhidas como noivas, num total de 1.786 pessoas”¹⁸, sendo estas

¹⁷ Essas mudanças abrangem tanto aspectos culturais — sobretudo de práticas culinárias — quanto de ofícios, em que nesse período estavam ocorrendo conjuntamente os reflexos da derrota japonesa na Segunda Guerra Mundial. Com essa derrota, e a conseqüente falta de recursos para garantir a sobrevivência delas (es) no RS, essas e esses imigrantes buscaram se adaptar tanto dentro do meio rural, quanto urbano, indo atrás de novos empregos, formando novas associações e até mesmo diversificando suas produções agrícolas (como foi o caso do cultivo de novos frutíferos, tais como nespereira, cítricos e kiwi no decorrer dos anos 90, por exemplo).

¹⁸ Conforme mencionado no capítulo anterior, ênfase que a imigração japonesa para o Brasil contou com uma diversidade de japonesas e japoneses, isto é, nem todas (os) eram agricultores: devido às questões internas

distribuídas para as regiões de Uruguaiana, Santa Maria, Itati e Ivoti, respectivamente. Ainda de acordo com Flores (2003), por mais que algumas colônias tenham conseguido passar pelas adversidades econômicas e administrativas que iam surgindo, existiram outras que não conseguiram se manter, sendo muito comum novas dispersões de japonesas e japoneses nas regiões vizinhas presentes no Rio Grande do Sul.

Destaco que essas situações de dificuldades econômicas e administrativas foram bastante presentes durante toda a história da imigração japonesa para o estado, mas que isso não lhes impediu de adaptarem-se a essas condições desfavoráveis. No período que compete especialmente a segunda corrente imigratória, as famílias que estavam tentando se estabelecer no Rio Grande do Sul procuraram duas maneiras distintas de sobrevivência: a primeira, que correspondia a continuação de um desenvolvimento agrícola; e uma segunda, que competia à sua introdução nos ramos relacionados ao comércio e aos negócios.

Essas duas principais formas de adaptabilidade dessas comunidades, no caso do estado, surgiram devido principalmente ao fato de que o Japão havia sido derrotado na Segunda Guerra Mundial e, por conta dessa derrota, os súditos que estavam residindo fora do país de origem tiveram que desenvolver novas práticas, tanto agrícolas quanto comerciais, para poderem destacar-se frente às mudanças econômicas e rurais-urbanas que estavam ocorrendo no território nacional e regional, uma vez que agora contavam com menos apoio do Estado japonês para auxiliá-los.

Chegando na cidade, os japoneses dedicaram-se, majoritariamente, ao pequeno comércio, onde a família ainda funcionava como unidade econômica. Os que dispunham de mais capital abriram negócios de alimentos, quitandas, avícolas, mercearias de secos e molhados. Os mais humildes tornaram-se tintureiros e feirantes, ramos que acabaram tomando colorações étnicas na cidade. Muitas mulheres trabalhavam como costureiras e cabeleireiras. Se outros grupos étnicos caracterizaram-se pelo exercício de um ofício que os identificou no espaço urbano, como foi o caso dos mascates sírio-libaneses e judeus, que em seguida transformaram-se em comerciantes nos ramos ligados à indústria têxtil (tecidos, armarinho, vestimentas), os japoneses ocuparam uma gama bem mais variada de atividades. (SCHPUN, 2008, p. 142)

Enquanto que alguns nipônicos tentavam explorar as oportunidades oferecidas no meio urbano, aquelas e aqueles que continuaram trabalhando no campo também tentaram encontrar outros meios de garantir uma certa estabilidade econômica para as famílias e para a colônia. Dessa maneira, as (os) que permaneceram neste espaço, buscaram não só diversificar

econômicas e demográficas que aconteceram no Japão, aquelas e aqueles que decidiram emigrar eram compostos por uma gama heterogênea de ofícios, de classes sociais e eram advindos de diferentes regiões do território japonês (SAKURAI, 2008, p. 124), podendo ser percebidas nessa citação de Flores (2003).

as suas produções agrícolas, como também desenvolver as associações¹⁹, de maneira que estas atendessem as demandas que surgiam no ambiente das colônias.

À vista disso, é que faço o destaque de duas colônias para o estado: a de Ivoti e a de Santa Maria. Enfatizo essas duas colônias não apenas pela sua permanência e presença até os dias atuais, mas também pelo fato de que existem produções historiográficas gaúchas mais detalhadas que sinalizam a importância das mulheres japonesas dentro desses espaços de sociabilidade, tanto pelo viés econômico quanto pelo cultural²⁰.

Por haver uma defasagem de trabalhos acadêmicos que explorem a formação e a consolidação das outras colônias, é que optei por trazer os casos de Ivoti e Santa Maria, mas não quer dizer que não existiam, nessas demais colônias, também uma possível atuação feminina. Ao trazer esses casos, tenho em mente aqui propor uma tentativa de reflexão sobre essas possíveis atuações e talvez, futuramente, incentivar outras pesquisadoras e pesquisadores a realizarem trabalhos historiográficos que visem resgatar o passado histórico da diversidade das colônias que compõem o nosso estado, suas características, seus funcionamentos e formas de preservação dos elementos culturais japoneses.

No caso da colônia de Ivoti, fundada em 1966 e apoiada pela atual Agência de Cooperação Internacional do Japão²¹ (TANAKA, 2003), vinte e seis famílias instauraram-se no Vale das Palmeiras, no município de Ivoti e, desde então, passaram a dedicar-se ao plantio de frutíferos, como uvas de mesa, hortaliças e até mesmo de flores (DOLL; SANTOS; GAUDIOSO, 2003, p. 53-54). O destaque da atuação das mulheres se dá a partir da década de 1980, uma vez que a crise mundial e brasileira, acarretada pela crise do petróleo na década de 1970, atingia também essa colônia.

Surge nessa época o fenômeno *dekassegui*, de modo que os imigrantes japoneses, entre homens e mulheres, passam a retornar temporariamente ao Japão em busca do trabalho. Na colônia de Ivoti, muitas mulheres retornaram ao Japão para ganhar dinheiro e pagar as dívidas ou conseguir ganhos financeiros, tornando-se arrimo da

¹⁹ Destaco que nem todas as associações atenderam apenas as demandas das colônias. No caso de Porto Alegre, por exemplo, tanto a *Enkyo* (Associação de Assistência Nipo-Brasileira do Sul), quanto a ACJ (Associação da Cultura Japonesa de Porto Alegre) buscaram promover, ao longo de suas histórias institucionais, auxiliar sobretudo na educação dos descendentes e no auxílio com idosos, através de atividades e oficinas que lhes permitissem participar conjuntamente com suas comunidades e famílias.

²⁰ Para conhecer mais sobre as memórias e experiências dessas colônias, e também da imigração japonesa para o estado, indico a leitura e a pesquisa de algumas propostas, tais como os projetos “Colônia Japonesa de Ivoti: Um lugar para lembrar” e “Resgate da História e Valorização da Memória das Famílias Japonesas em Santa Maria, RS: 1958-2008”, assim como o espaço virtual “Memorial de Imigração e Cultura Japonesa do Rio Grande do Sul”.

²¹ Também conhecida como JICA, esta é uma agência governamental independente que é coordenada pela Assistência Oficial ao Desenvolvimento, em nome do governo do Japão.

família. Outras, as que permanecem na colônia, trabalham e atuam na preservação da cultura japonesa. (GAUDIOSO; SOARES, 2017, p. 2)

Dessa forma, para atingir o sucesso econômico daquela comunidade, a mão de obra feminina era indispensável e, mesmo que as mulheres fossem encarregadas majoritariamente com atividades que envolviam cuidados mais manuais do plantio, ainda sim essas também trabalhavam junto aos seus maridos em tarefas consideradas “mais pesadas”, como os de adubação, na aplicação de agrotóxicos e em algumas atividades de poda (GAUDIOSO; SOARES, 2017). Isso quer dizer que, mesmo em “tempos anormais”, as mulheres não deixavam de ter a sua importância no funcionamento da colônia, muito pelo contrário, eram tão requisitadas quanto os homens e realizavam trabalhos que muitas vezes não competiam à divisão sexual de trabalho que havia sido estabelecida por ambos.

Além da sua relevância econômica para o desenvolvimento e funcionamento desse espaço coletivo, é que essas mulheres também promoveram (e continuam promovendo) atividades que buscam não apenas a preservação de certos elementos culturais japoneses, mas também de garantir que as (os) participantes das comunidades desenvolvam, para si e para as futuras gerações, um apreço por estes eventos, assim como a continuação do valor que a presença feminina possui dentro da lógica coletiva japonesa. De acordo com Gaudioso (2016), destacam-se três festividades tradicionais japonesas, em que a atuação feminina é extremamente importante para o funcionamento delas: o *engeikai*, o *undokai* e *ireisai*²².

Nessas festividades, um grupo de senhoras, denominado *fujinkai*²³, é que toma esse lugar de destaque, visto que são elas que ficam encarregadas de se organizarem e realizarem os eventos sociais da comunidade, assim como de participarem — de forma autônoma e sem interferência masculina — dos grupos de dança, dos artesanatos, da culinária e da música que serão idealizados nesses eventos.

[...] elegem presidente da associação conforme o estatuto, formam a diretoria, sempre bastante ativa, tanto para atuar junto à comunidade local e de fora. Os homens, por sua vez, dependem da confirmação da participação da *fujinkai* para promover eventos pois, sem a presença delas, não haverá nenhuma festa. Sem elas e a culinária que elas preparam, a identidade cultural como japoneses enfraquecem. (GAUDIOSO; SOARES, 2017, p. 6)

²² Para saber mais sobre essas festividades, recomendo a leitura da dissertação de Mestrado “Imigração japonesa em Ivoti, RS: aspectos culturais e identitários” (2021), de Giovanna Aparecida Lisboa Dai Prá.

²³ Fujinkai: 婦人会 (women’s group or women’s association). FUJINKAI. In: *Jisho Dictionary*. Disponível em: <https://jisho.org/search/fujinkai>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2023. As fujin-kai são um grupo bastante heterogêneo, contendo mães, avós e até mesmo bisavós que trabalharam arduamente tanto na agricultura das colônias como também fizeram parte do fenômeno *dekassegui*.

Desse modo, por meio das realizações promovidas por este grupo feminino específico, é que podemos notar como “presença feminina torna-se mais uma vez uma peça importante na preservação da própria comunidade” (GAUDIOSO; SOARES, 2017, p. 8), afinal culturalmente sem elas muitas das atividades de preservação da memória, sobretudo das experiências migratórias até então vigentes, não seriam possíveis de serem realizadas sem a sua ajuda constante neste espaço carregado de simbologia nipônica. É através de sua participação que as (os) integrantes da comunidade criam os seus laços, percebem como funcionam essas práticas no presente e no passado e como as memórias e as experiências das gerações passadas continuam perpetuando-se ao longo do tempo, enquanto uma cultura de presença (GAUDIOSO; SOARES, 2017).

Com relação à colônia japonesa de Santa Maria, gostaria de destacar as práticas culinárias promovidas por estas imigrantes, tanto na cozinha de seus lares quanto pelos seus usos em ocasiões especiais em datas comemorativas e nos festivais (GAUDIOSO; SOARES, 2010), das quais estão presentes também nas demais colônias. Desde o início da imigração japonesa para o Rio Grande Sul, percebe-se que a comida, mesmo sendo reinterpretada por essas imigrantes, possui um papel essencial por constituir-se enquanto um elo entre o país que acolhe e o país de origem, sendo este elo realizado pelas mulheres nipônicas, que se encarregam ativamente do plantio, do cultivo e da preparação dos alimentos que serão transformados nos pratos “típicos japoneses”.

Essas mulheres não são meras cozinheiras, mas verdadeiras peças de manutenção da cultura japonesa [...], pois são as que ensinam, não só aos seus descendentes, mas a amigos (e até a desconhecidos), os mínimos detalhes e segredos da culinária nipônica. (KUBOTA, 2008, p. 12)

Portanto, ao realizar a manutenção dos hábitos alimentares japoneses, essas mulheres garantem não só a transmissão do “paladar japonês” para as gerações seguintes, mas também a garantia de que o se alimentar também seja uma prática valorizada dentro dos espaços coletivos e familiares, de compartilhamento de saberes e de respeito àquelas e aqueles que se disponibilizaram para realizar a preparação de tais alimentos. É pela alimentação e pelo trabalho, duas principais fontes de subsistência do ser humano, que essas mulheres tentaram, ao longo de suas vidas, assegurar que seus filhos, netos e descendentes pudessem desfrutar de momentos em que, por mais que a realidade parecesse e se demonstrasse dura demais, ainda sim haveriam motivos para se continuar vivendo e possivelmente sonhando com um futuro

melhor. E, como a minha *baa-chan*²⁴ de coração me dizia, ao experimentarmos esses alimentos preparados por essas mulheres, “depois que a gente prova a comida da *baa-chan*, não tem como comer comida japonesa diferente”.

3.2 Concepções e imagens relativas às mulheres japonesas através da imprensa gaúcha

Para refletirmos sobre como se deram algumas construções discursivas e imagéticas que dizem respeito às japonesas, é preciso antes nos determos um pouco em que situação histórica a imprensa sul-rio-grandense estava inserida no século XX, trazendo como destaque qual era o público-alvo de suas publicações e quais eram os objetivos por trás das informações expressas nestes periódicos. Assim, é que este subcapítulo será dividido em duas partes: a primeira, que contemplará uma pequena contextualização do momento em que essa imprensa estava inserida; e uma segunda, que contará com a análise propriamente dita dessas matérias.

Durante a passagem do século XIX para o XX, a imprensa gaúcha foi marcada pelas mais diferentes práticas jornalísticas, uma vez que contou com mudanças e diversificações nos modos de realizar as suas publicações. Desse modo, por mais que os primórdios dessa imprensa tenha sido “fortemente vinculada ao espírito partidário de um engajamento explícito” (ALVES, 2019, p. 163), ao longo do seu desenvolvimento, passou por uma constante reformulação, afastando-se da política e aproximando-se cada vez mais da notícia.

É a partir dessa aproximação com a notícia que encontraremos as mais diversas fotorreportagens vinculadas às mulheres japonesas, principalmente porque, neste outro momento da imprensa, há o surgimento de publicações que são voltadas às mulheres, aos jovens e às crianças. É também neste momento que ocorre uma competição com outros tipos de mídias, como o cinema e, mais tarde, o rádio (HOHLFELDT, 2006), tendo como principal consequência uma maior busca por aproximar-se destes grupos, por meio da incorporação de outros gêneros que pudessem extrapolar a sua “simples” função informativa-opinativa.

Cada um desses jornais assumiria uma formação discursiva que nortearia seu caráter editorial, uma vez que foi inerente à sua ação a reprodução de uma dada faceta da realidade ocorrida, quer seja, a sua versão para os fatos. Ao construir um discurso, cada jornal construía a sua própria verdade, visando a transpor para o mundo do leitor a sua perspectiva dos acontecimentos, de modo a cumprir o papel da imprensa, ou seja, imprimir hábitos e costumes, formas de pensar e agir, padrões de consumo,

²⁴ Em japonês, *obaa-san* ou *baa-chan* significam “avó”, sendo o primeiro uma versão mais formal de denominação.

entre outros. Constituíam-se então, no que tange ao periodismo, um conjunto de interações mútuas, pelas quais a imprensa influenciava a sociedade, mas também sofria a influência desta, demarcando-se um constante processo dialógico que bem caracterizou as relações extra, intra e interdiscursivas nas práticas jornalísticas de então. (ALVES, 2019, p. 163)

Tendo em vista o aumento do crescimento urbano, da população e de suas camadas médias, assim como da melhoria no nível de instrução, é que estes periódicos desenvolvem novas estratégias para atrair o maior número de pessoas para consumirem esse veículo e, assim, garantir o seu sucesso no mercado consumidor. Uma das estratégias realizadas foi voltada especialmente às mulheres, através da criação de editoriais²⁵, os quais contavam com matérias ou seções que, do ponto de vista desses periódicos, se aproximavam dos interesses femininos.

É interessante notar que, pelos periódicos se utilizarem de uma lógica a partir do gênero para decidirem quais assuntos competem ao masculino e ao feminino, é que notamos como essas divisões dialogam com as ideias de Scott (1990). Quer dizer, ao utilizarem-se dessas divisões, podemos perceber aquilo que a autora entende como gênero: um campo e um meio, que não é único, de significar e articular as relações de poder, assim como de (re) apresentar algumas regras para as experiências femininas e masculinas (SCOTT, 1990).

Dessa maneira, assuntos como educação dos filhos, moda, saúde, culinária entre outros, faziam-se presentes nesses editoriais, visto que, nesse momento, são esses assuntos que diziam respeito ao domínio feminino, os quais são atrelados ao ambiente doméstico e privado. Todavia, para fins deste trabalho, friso também um outro assunto que aparecia nesses editoriais, que é o caso das matérias “culturais”, onde são encontradas aquelas que dizem respeito às mulheres japonesas.

Nessas matérias ditas “culturais”, fica evidente como a representação se torna crucial para o desenvolvimento dos objetivos desses jornais, uma vez que nelas estão impressas não apenas os usos e costumes de países que são considerados “exóticos”, mas também ideais de comportamento que deveriam ser desempenhados adequadamente pelas mulheres, como os papéis sociais de mãe e esposa. A primeira fotorreportagem, intitulada “A mulher japonesa”, é um exemplo de como as matérias “culturais” apresentam-se nesses editoriais voltados para o público feminino.

²⁵ O editorial é um gênero textual de cunho jornalístico, opinativo e argumentativo que tem como propósito apresentar uma opinião ou um posicionamento crítico da empresa, do jornal ou da direção a respeito de temas mais patentes no momento da publicação. Portanto, é um texto que sintetiza, em certa maneira, uma leitura geral do momento no qual o jornal está sendo publicado, ao mesmo tempo em que apresenta o posicionamento de sua equipe.

A fim de homenagear as “colônias radicadas em nosso meio” (JORNAL DO DIA, 1963, p.10), tendo em vista a data comemorativa de nascimento do Imperador do Japão, é que a notícia busca abordar que transformações políticas, sociais e econômicas estavam ocorrendo no período da década de 60 com o país, e especialmente como essas mudanças estavam influenciando na vida das súditas japonesas. Conforme o artigo, foi a partir da promulgação da Constituição de 1947²⁶ que essas modificações trouxeram, como principal consequência, tanto um maior acesso dessas mulheres na vida política, como também em espaços educacionais, além de uma maior inserção dessas no mercado de trabalho.

Além disso, o artigo não deixa de fora que questões foram modificadas no âmbito doméstico, assim como as diferenças entre as mulheres japonesas que estavam inseridas em contextos urbanos e aquelas presentes nos espaços rurais. Contudo, por mais que a reportagem traga uma ideia de progresso com relação a essas mudanças, não quer dizer que este avanço é trabalhado, pelos redatores deste artigo, como algo positivo para a sociedade japonesa, ou até mesmo para ser seguida na brasileira e/ou gaúcha.

Parece-me que, ao relatar como “a mulher japonesa” lidou com a conquista de certos direitos e de uma nova liberdade, ainda assim há uma tentativa, dos redatores da matéria, em mantê-las dentro de seus lugares sociais enquanto mulheres e que, se essas reivindicações propostas por elas são atendidas, outras mulheres devem ter o cuidado e a desconfiança com as nipônicas, pois estas confrontariam a ordem vigente. A maneira como a reportagem está organizada (política e governo, educação e emprego, vida doméstica e organizações femininas), assim como as informações contidas nessa organização, demonstram o que foi dito anteriormente.

Nos tópicos “política e governo” e “organizações femininas”, podemos notar como os redatores têm uma cautela ao tratar os assuntos abordados dentro deles, de forma a não incitar que outras mulheres venham a realizar tais confrontos. E, no caso das organizações femininas, essas

[...] podem agir como grupos de pressão em prol de causas boas, porém, simultaneamente, podem ser utilizadas com propósitos políticos. (JORNAL DO DIA, 1963, p.10)

²⁶ A Constituição de 1947, também conhecida como a “Constituição do Pós-guerra”, mudou o sistema de monarquia semi-constitucional autoritária do Japão para uma parlamentar, em que o Imperador exerce apenas um papel cerimonial sob a soberania do povo. Ademais, essa constituição também promoveu a inclusão de uma cláusula legal de direitos iguais para as mulheres no Código Civil de 1948, tendo o direito de escolher seus parceiros e ocupações, herdar e possuir propriedades em seus próprios nomes e o de manter a custódia dos filhos (assim como o direito ao voto).

Assim, a valorização dos seus direitos devem ser levados em conta apenas quando estas não reivindicam outros lugares sociais de poder que são considerados masculinos e que, quando são reivindicados, as tornam extremamente nocivas para a sociedade como um todo, especialmente quando há um “interesse e preocupação do sexo frágil pela política” (JORNAL DO DIA, 1963, p.10). Agora, quando estas mantêm os papéis e lugares sociais que lhes foram atribuídos, sobretudo dentro da educação, do emprego e da vida doméstica, elas não representam mais um perigo a ser combatido, mas sim exaltadas pelos seus feitos dentro desses âmbitos. E, portanto, vai ao encontro das ideias de Beauvoir (1980, p. 38):

Assim, em nossa cultura, **a mulher não nasce com o sentido de autenticidade; é-lhe negado constantemente qualquer senso de si mesma.** A feminilidade é um destino imposto e arbitrário, que implica uma opção fundamental: a de renunciar a uma parte da sua humanidade, a que se relaciona com o exercício de suas funções culturais; **ser mulher na nossa sociedade significa ser submissa em relação aos homens, ser frívola, fraca e aparente.** É assim que se define a feminilidade. [...] uma mulher que se esforçasse por ser tão masculina quanto possível seria escarnecida por sua falta de feminilidade; **é um fato que se considera a mulher apenas como um sexo, isto é, como uma existência abstrata e dependente, que não é determinada senão pela relação com o homem, e não pelo seu próprio valor.** (grifo nosso)

Ao chamar atenção para a empregabilidade de mulheres dentro do Magistério, assim como para um ideal de casamento do ponto de vista de um “amor romântico” nos tópicos “vida doméstica” e “educação e emprego”, entende-se que há um objetivo específico dos jornalistas de fazer com que as leitoras desse editorial priorizem nas suas vidas papéis sociais que já estão estabelecidos, e que tenham como prioridade empregos e um casamento dos quais possam dedicar-se ao cuidado e ao amor pelos seus filhos e maridos.

Embora tenham sido emancipadas pelas leis, as agricultoras não são tão felizes como as mulheres que vivem nas zonas urbanas. [...] A introdução nos lares de toda a sorte de utensílios eletrônicos, bem como a mecanização da lavoura, muito contribuiu para que as horas de lazer das donas de casa fossem preenchidas com atividades culturais. (JORNAL DO DIA, 1963, p. 10)

Nesta citação, podemos notar outra concepção que, para os redatores, também deve permanecer presente na vida dessas mulheres, que é a de felicidade. Ou seja, ao relacionar a felicidade feminina com a ideia de consumo de determinados objetos (especialmente aqueles utilizados no espaço doméstico) e não com esse progresso das mulheres em torno das questões voltadas à vida pública, faz com que novamente sejam reforçados esses lugares, assim como a ideia de que a infelicidade é promovida pela sua emancipação e pela sua garantia de novos direitos enquanto cidadãs.

Com relação a imagem que compõe essa fotorreportagem (presente na próxima página), observa-se que esta foi selecionada, isto é, que foi escolhida pelos redatores com alguns possíveis propósitos. Ao divulgar essa imagem, de duas mulheres japonesas realizando atividades tradicionais e vestidas com um quimono²⁷, entende-se que um dos objetivos é o de definir quem seriam essas japonesas: mães e esposas que, mesmo com todas as mudanças políticas e sociais acontecendo em seu país de origem, continuam buscando em suas agendas pessoais estarem vinculadas ao lar e às discussões que remetem ao espaço doméstico e, apesar de todas essas mudanças, continuam persistindo com as “artes do passado”.

Acredito que essas “artes do passado” seriam justamente a manutenção dos lugares sociais comuns de outras mulheres, de papéis sociais que sejam associados a um ideal de maternidade e de matrimônio, dos quais devem ser priorizados, antes da mulher, comportamentos e hábitos que deem prioridade aos seus maridos e, em seguida, aos seus filhos. Trazer as concepções de modernidade em contraponto com a tradição é não só uma forma de manter certas relações de poder entre homens e mulheres (SCOTT, 1990), mas também de tentar atribuir características comuns às mulheres japonesas, e diferenciações quando comparadas a outras mulheres.

Figura 4: Japonesas praticando uma atividade tradicional.



Fonte: Jornal do Dia, 21 de abril de 1963. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²⁷ Usados desde antigos tempos, quimono (ou *kimono*) é o tradicional traje japonês. Historicamente, o uso da vestimenta abrangia pessoas de todas as classes sociais, no entanto, atualmente o *kimono* não faz mais parte do cotidiano nipônico, sendo vistos especificamente em ocasiões especiais.

Outra reportagem, também presente no mesmo periódico, retoma essas concepções de modernidade e de tradição. De acordo com o artigo, “A mulher japonesa de ontem e de hoje” pode, apesar de sobreviver a muitas das antigas tradições, trabalhar, estudar e pedir o divórcio, assim como se recusar a desposar o homem indicado pela família.

Através de uma entrevista com a jornalista japonesa do *Japan Times* e ex-deputada do partido socialista, Keiko Tsugi Shiraishi, identifica-se em sua fala como essas transformações abalam também aquelas imagens vinculadas a essas mulheres, especialmente no pós-guerra e nos contatos com os norte-americanos, os quais “favoreceram indiretamente a emancipação feminina” (JORNAL DO DIA, 1962, p.15).

Hoje — explica Keiko — as relações entre os jovens mudaram. Nenhuma de nós teme os preconceitos e as tradições outrora impostas pelas famílias. Sou uma moça da província e vivo sozinha em Tóquio, vou ao cinema com um meu colega de estudos, e duas vezes por semana posso até permitir-me um chá num *night* de Asakusa. (JORNAL DO DIA, 1962, p.15)

A partir desse relato, podemos reparar que, àquela tentativa da fotorreportagem anterior de tentar definir “a mulher japonesa” enquanto um sujeito vinculado ao lar e aos papéis sociais tradicionais de esposa e mãe, são nestes momentos desestabilizados por essa fala da jornalista, em que busca na sua vida particular outros objetivos, os quais não estão unidos necessariamente com os ideais de matrimônio e de maternidade. Não temer as imposições e, de certa maneira, esquivar-se de algumas tradições — e, conseqüentemente, de alguns lugares sociais — nos evidencia que há sim uma manipulação dessas representações e que também existe uma tentativa de agência das suas experiências femininas, mesmo que estas não sejam aceitas ou valorizadas pela sociedade. Todavia, ainda que haja a mobilização destas mulheres, ainda sim são retomados e reforçados alguns estereótipos, como no trecho a seguir:

Na realidade, o quimono perdeu hoje a sua batalha. As mulheres mais jovens vestem-se a moda europeia, mas não pode se dizer que perderam a **graça** e a **doçura** que as tornam as mulheres **mais fascinantes** do Oriente. (JORNAL DO DIA, 1962, p. 15, grifo nosso)

Não apenas os adjetivos de graça, doçura e fascínio aparecem como formas de referenciar essas mulheres: a escolha por imagens e por outros adjetivos que tentem representá-las com uma postura de docilidade e ingenuidade, assim como “curvadas” nas fotografias divulgadas por essa imprensa, também são maneiras de acentuar o que Takeuchi (2009, p.252) denomina como “exotismo da gueixa”.

Nessas representações, visualizamos todo o exotismo da figura da japonesa: a delicadeza, a sofisticação e, somente nestes casos, a ausência de conotação da liberalidade tanto sexual quanto moral, que estará presente nas imagens estigmatizadas e nos discursos discriminatórios em relação aos imigrantes japoneses.

Esse processo de exotização, que vincula muitas japonesas à figura da gueixa, é recorrente durante toda a história dessa imigração. Segundo Takeuchi (2009), os discursos e as representações em torno das japonesas sofrem com uma dualidade, em que a permanência do estereótipo da gueixa é uma longa exploração de uma imagem distorcida, que ora era articulada pelo viés da docilidade e da subserviência, ora pelas habilidades artísticas e sexuais.

A idealização da figura da gueixa é, portanto, mobilizada de acordo com os interesses de vários segmentos sociais, os quais não medem esforços para demonstrar como as mulheres japonesas eram “uma moeda desvalorizada, mas assim mesmo mortalmente sedutora” (TAKEUCHI, 2009, p. 273). Por fim, é que destaco uma última fotorreportagem, presente no jornal Diário de Notícias, em que esta não faz parte de um editorial voltado para o público feminino, mas sim de um suplemento especial chamado “O exemplo japonês”.

Nessa fotorreportagem, “A mulher japonesa no Brasil” tem um destaque quando comparada com as outras matérias citadas: ela tenta definir quem seriam as nipo-brasileiras, e que características essas possuiriam em contraste com aquelas que permaneceram no Japão. Assim, ao longo deste artigo, percebe-se que esse suplemento especial realiza uma tentativa diferente das anteriores, que é a de considerá-las enquanto um elemento assimilável, que favoreceria os projetos de uma identidade nacional brasileira a ser concretizada.

Figura 5: Japonesas realizando uma cerimônia do chá.



Fonte: Diário de Notícias, 26 de junho de 1968. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Através dessa caracterização enquanto amáveis, dóceis e disciplinadas, se compreende que, dentro da sociedade brasileira, apenas alguns comportamentos e costumes devam ser valorizados, mas que, quando estes tentam trazer algumas modificações com relação às condições femininas na nossa sociedade, há que se ter cuidado.

[...] a nipo-brasileira apresenta dentro de todas as atividades um **comportamento** de elevado padrão. Considerando ter a mulher uma contribuição particular a dar na área de **harmonização de diferenças**, achamos que, no momento, a nipo-brasileira compete o papel principal para **completar a integração**. Reunindo ela em si à riqueza de seus padrões de origem, e da cultura brasileira, pode, segura de si mesma, assumir a responsabilidade que lhe compete para **apressar a homogeneização** e a integração para ocupar na sociedade **o lugar que lhe é devido**. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1968, p.25, grifo nosso)

Entre a idealização, o fascínio e o medo, é que tanto aquelas que residem no Japão quanto as que deixaram o seu país de origem passam por diferentes práticas de visualização, assim como por tentativas de serem definidas não apenas enquanto mulheres, mas também enquanto seres humanos. Ao se dispor a realizar esse trabalho, mesmo não havendo preocupações futuras de como essas imagens e concepções seriam assimiladas e repercutidas pela população brasileira (e gaúcha), ainda sim a imprensa não deixa de possuir um papel significativo na consolidação de determinados estereótipos, assim como de ter uma responsabilidade nas ações violentas que foram e continuam sendo feitas para essas mulheres e, em larga escala, para as suas comunidades.

É através da identificação dessas representações imagéticas e discursivas, aliadas ao reconhecimento das ações femininas, que podemos (re) pensar como a história da imigração japonesa para o Rio Grande do Sul é complexa, multifacetada e heterogênea. Não esqueçamos suas realizações, nem tampouco a sua humanidade: é preciso continuar essas reflexões, trazer novos olhares para uma história que ainda tem muito a ser explorada.

4. VOZES ENTRELAÇADAS: REFLEXÕES A PARTIR DA PRÁTICA DE PESQUISA COM HISTÓRIA ORAL

Preparar uma entrevista, contatar a (o) entrevistada (o), gravar o depoimento, transcrevê-lo, revisá-lo e examiná-lo: esses são os procedimentos que pesquisadoras e pesquisadores enfrentam ao realizar seus estudos a partir das experiências daquelas e daqueles que se disponibilizam a compartilhar seu passado, e de certa maneira, a revivê-lo. Ao nos utilizarmos da História Oral, essa nos permite um acesso enquanto “histórias dentro da História”, assim como a compreensão de que um relato pessoal é capaz de transmitir uma experiência coletiva sobre determinada configuração histórica e social (ALBERTI, 2005).

No Brasil, essa metodologia de pesquisa ganhou seu destaque a partir da década de 1970 e, conforme foi sendo disseminada e consolidada, estabeleceu-se tanto dentro dos espaços acadêmicos quanto fora deles. Ademais, pelo campo da História também sofrer modificações nesse período, especialmente no que diz respeito ao tratamento de suas fontes, é que essa nos trouxe, conforme Alberti (2005), novas possibilidades de investigações que dialogassem com a interdisciplinaridade, isto é, que valorizassem a multiplicidade de registros e manifestações históricas, como também o questionamento de interpretações generalizantes sobre determinados acontecimentos e conjunturas.

As mudanças ocorridas na disciplina, aliadas aos movimentos da História Oral, permitiram também a ascensão de “novos sujeitos”, sobretudo aqueles (as) que por muito tempo ficaram relegados (as) à invisibilidade e ao silenciamento dentro das produções historiográficas, como foi o caso, por exemplo, dos sujeitos históricos femininos. À vista disso, é que este último capítulo tem como propósito salientar a importância dos relatos orais femininos tanto para as produções historiográficas que envolvem a temática da imigração japonesa para o Rio Grande do Sul quanto para a disciplina da História como um todo.

Através das narrativas femininas da família Nakata, busca-se evidenciar como as suas experiências são atravessadas por interseccionalidades, por múltiplas definições identitárias e gramáticas de lutas (RIVERA CUSICANQUI, 1987; ANZALDÚA, 2002). Ademais, pretende-se realizar alguns diálogos e aproximações com a metodologia, sobretudo desenvolvendo debates que visem (re) pensar as condições femininas dentro dos espaços acadêmicos e também fora deles.

4.1 Memórias e experiências femininas da família Nakata

[Uma mulher]²⁸ vai por um caminho, chega à bifurcação.
Hesita longamente entre um lado e outro.
Afinal, a poder de foice, abre no meio dos dois um terceiro caminho.
Marina Colasanti

Começo este último capítulo com um aperto no peito. Aperto pela desconfiança de uma escrita que leva a infinitas possibilidades; aperto por uma escuta que, por muitas vezes, não me trouxe respostas imediatas de como trabalhar esses relatos orais.

Quero terminá-lo com esse aperto, pois ele me acompanhou não só durante a escrita deste trabalho, mas também durante meu percurso na graduação em História. Entender como a História Oral funciona para, de fato, fazê-la funcionar dentro do meu trabalho não foi uma tarefa fácil, tampouco me permitiu fugir de alguns impasses que, acredito eu, muitos (as) pesquisadores (as) enfrentam ao utilizar sua metodologia.

Contudo, e mesmo com esses impasses, tal metodologia conseguiu, assim como Colasanti declama em seu poema, demonstrar-me na prática um terceiro caminho, uma via da qual eu não conseguia enxergar, e que me levou a esse outro tipo de narrativa. Através dela, consegui entender que uma única narrativa, a jornalística, não daria conta da multiplicidade e da diversidade de sujeitos históricos e conjunturas que abrangem aquilo que, na História, denominamos como um episódio específico das migrações humanas, a “história da imigração japonesa”.

Era preciso trazer uma nova narrativa, uma que me possibilitasse ouvir — daquelas que carregam memórias e experiências do que é esse “ser japonesa” — como essas imagens e discursos afetam suas vivências, assim como de que forma esses afetos²⁹ são compartilhados. Quando realizei a escrita do projeto que envolveria esta pesquisa, eu havia decidido que gostaria de entrevistar mulheres japonesas que fossem de diferentes núcleos familiares; porém, ao me deparar com as histórias de duas membros da família Nakata, percebi que aquilo que eu havia proposto a realizar não fazia mais sentido, dado que seus relatos trazem novas perspectivas do afeto nas relações humanas.

²⁸ No poema original, a expressão utilizada é “Um homem”.

²⁹ Entendo o afeto a partir das ideias da antropóloga francesa Favret-Saada (2005), em que o afeto é uma forma de comunicação não verbal que transmite significado e poder. Por meio desse afeto, é que as pessoas são capazes de se comunicar umas com as outras sem que necessariamente usem palavras ou gestos explícitos. Portanto, o afeto, além de ser uma forma poderosa de comunicação, é também um veículo capaz de influenciar e de transformar a vida das pessoas.

Ao analisar seus depoimentos, Mafalda³⁰ (tia) e Giulia³¹ (sobrinha) sinalizaram a importância desse afeto: um afeto que é uma via de mão dupla e que possui, dentro dessa família, situações que ora elas se sentiram afetadas positivamente ora negativamente. Ademais, pelo “afetar-se” ser algo norteador de suas falas, é que seus relatos se tornaram ainda mais enriquecedores para a escrita desta pesquisa: esse afeto, que é compartilhado neste mesmo núcleo, nos demonstra como as questões de etnicidade, gênero e geração estão entrelaçadas e tensionadas uma a outra.

A existência desse afeto me possibilitou uma análise não pela presença, isto é, por “elementos” (pessoas, lugares, sentimentos, entre outros) que poderiam fazê-las se sentirem pertencentes às comunidades japonesas, mas sim pela falta desse pertencimento. A falta e, muitas vezes, a inexistência de “elementos” é que as fizeram, de modos bem distintos, realizar uma busca tanto para entender o porquê deveriam se identificar enquanto “japonesas”, quanto o porquê da descendência não ser algo tão “visível”, quando comparadas com outras famílias e/ou descendentes.

Por estarem inseridas em um contexto histórico que transborda gerações, Mafalda e Giulia compartilham memórias que são atravessadas por dificuldades de inserção nessas comunidades, mas também por vivências que lhes permitiram ressignificar essa atribuição do “ser japonesa”. E, assim, suas agências e depoimentos são uma forma de resgatar aquilo que por muitas vezes foi negado às suas antepassadas: um lugar de voz dentro e fora das suas comunidades.

Creio que a principal singularidade de seus depoimentos está no fato de que as suas descendências não são restritas à japonesa: elas também possuem ancestrais italianos. Essa “dualidade” das suas identidades, que também é uma constante em suas falas, é operacionalizada de maneiras distintas, uma vez que a raça (branca e amarela) e a descendência étnica (japonesa) são abordadas divergentemente.

Ao perguntar sobre como elas se identificam racialmente, tive uma surpresa quando estas não se identificavam da mesma forma, mesmo sendo parentes e possuindo um certo

³⁰ Mafalda Tadei Nakata nasceu em 12 de dezembro de 1951, em Ubirajara, São Paulo. Atualmente, completa 71 anos, é massoterapeuta aposentada e reside na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Mafalda também é pertencente à segunda geração de imigrantes japoneses, isto é, ela faz parte da geração *nissei*, sendo filha do *issei* Yoshizane, o qual é pai de Mafalda e avô de Giulia.

³¹ Giulia Mayumi Cantelli Tadei Nakata nasceu em 1 de agosto de 1998, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, e continua residindo na mesma. Giulia é estudante universitária e pesquisadora do curso de Música da UFRGS. Atualmente, Giulia busca, através de sua área de atuação, desenvolver trabalhos que dialoguem com os estudos de gênero dentro da Música. Giulia é também pertencente à terceira geração de sua família, ou seja, esta faz parte da geração *sansei*, sendo neta do *issei* Yoshizane, assim como sobrinha da *nissei* Mafalda.

contato uma conta a outra. Enquanto que Mafalda entende a sua descendência por meio de um viés apenas cultural (isto é, a descendência não estar atrelada a uma identificação racial amarela, por exemplo), Giulia, por outro lado, nos relata que a busca pela sua identidade étnica passou por diferentes estágios, os quais abrangeram tanto uma identificação racial branca quanto amarela.

Evidencio essa diferença das suas identificações antes de começarmos a refletir sobre os seus depoimentos justamente porque a etnicidade não é um conjunto intemporal e imutável de “traços” — sejam eles culturais e/ou raciais —, e nem que estes serão transmitidos da mesma forma de geração para geração. As ações e reações entre um mesmo grupo, uma comunidade e também com outros faz com que as fronteiras étnicas se mobilizem, nos demonstrando assim que essas não cessam de se comunicar e de se transformar (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998), ainda que estejamos falando sobre uma mesma família.

Assim, ao relatarem tanto sobre a trajetória da sua família, como as relações que se estabeleceram entre os membros desse núcleo, é que ambas destacam a ideia de que “o mesmo lado que dá a origem mais próxima do Japão é também aquela que dá a origem mais próxima da Itália”. Além disso, por mais que ambas relatem a sua origem a partir da perspectiva da história de vida do pai e avô, Yoshizane, ainda sim é perceptível como essa “parte italiana” não deixa de influenciá-las em sua narrativa e, posteriormente, no modo como elas contam sobre a formação de suas subjetividades.

Veio do Japão os meus bisavós, meu avô e os meus tios-avôs. A Tei, o Gohei e cinco filhos, entre eles o Yoshizane, que é o meu avô. Aí eles desembarcaram em Santos em abril de 1933 e eles meio que foram sendo distribuídos assim “Ah vocês vão trabalhar aqui, ali e naquele campo ali”. E aí, eu não sei como foram as andanças, mas em 1935 nasceu a minha avó paterna, com quem o meu avô casou, que é a Elena Tadei, filha de uma brasileira com um italiano. [...] nisso, eles se casaram no interior de São Paulo, nos anos cinquenta. Minha avó tinha quinze anos. Aí meus avós tiveram a minha tia, meu tio e o meu pai. Enquanto que o meu pai e a minha tia nasceram em Ubirajara, o meu tio mais novo nasceu quase perto do Mato Grosso, no interior de São Paulo. Depois de um tempo, meu avô foi promovido para cá para a zona rural de Porto Alegre, na zona sul.

Através do relato de Giulia, disposto acima, é que destaco outra particularidade dessa família, a de que os (as) seus (suas) familiares japoneses são advindos de um período em que as gerações *isseis* (japoneses e japonesas que emigraram para outro país) e *nisseis* (filhos e filhas desses primeiros imigrantes) passavam por dificuldades, as quais lhes obrigaram a realizar deslocamentos e dispersões dentro do território brasileiro. Ao passo que a narrativa de

Giulia nos demonstra um certo distanciamento dos fatos históricos que sucederam a fixação de sua família no Rio Grande do Sul, Mafalda, que é pertencente da geração *nissei*, em contrapartida, traz o quão difícil foi para ela realizar essa adaptação em um novo estado.

Então a gente veio quando eu tinha dezoito anos. Larguei tudo, tinha colégio, larguei um monte de amigos. Tudo, né? Nós chegamos aqui foi treze de julho, fazia dois graus e lá, no interior onde eu morava, que fazia divisa com Mato Grosso do Sul, o dia mais frio foi dezenove graus. Eu odiei. Eu odiava o Rio Grande do Sul, não conseguia me adaptar e eu estudava de noite. Levou bastante tempo, mas hoje eu digo para mim que esse é o melhor estado, eu adoro o Rio Grande do Sul e amo aqui. Mas no começo foi muito difícil [...].

Essa mudança, como podemos notar, enfatiza aquilo que discutimos nos capítulos anteriores. Pelas japonesas e japoneses passarem por um processo de adaptação e por uma constante transição, este lhes gerou marcas profundas, afetando não apenas as suas relações com as comunidades, mas também com as suas alteridades.

Apesar de atualmente Mafalda ter adquirido uma nova percepção sobre o estado, essa não deixa de comentar alguns episódios que presenciou na sua infância. Ainda que esses episódios tenham ocorrido no momento em que a sua família vivia em São Paulo, podemos identificar que estes transformaram os seus vínculos e afetos japoneses e, até mesmo, com o Brasil.

[...] uma coisa que nos marcava muito, que acontecia quando a gente ficava nessas festas, é que eu, o pai da Giulia e o meu outro irmão caçula não recebíamos balas quando o pessoal da associação distribuía para as crianças. E eles tinham a capacidade de que, quando chegavam perto da gente, eles pulavam a nossa vez e levavam para as outras crianças e nós só ficávamos olhando. Acho que de repente eles pensavam “Esses aqui não são da associação”, sendo que o meu pai também pagava a associação e tudo. E aí chegou um momento que a gente não quis ir mais, né?

Quando eu morava em Jales [...] estudava em um colégio do estado e a gente sofria muito *bullying*, sabe? [...] tinha até uma rua que eu e o meu irmão, falecido pai da Giulia, passávamos para ir para o colégio. Tinha uma família de negros que tinha três meninas e elas cantavam para gente no muro “Japonês, calabrês, foi o diabo que te fez na rua vinte e três!”³² [...] então a gente passava e a mãe deles ficava rindo! Ficava rindo deles falarem isso para a gente. E o meu pai nunca deixou a gente revidar.

³² A origem exata da expressão não é conhecida com certeza. Contudo, acredita-se que esta tenha surgido em São Paulo, na década de 1920, em um contexto de grande fluxo migratório para a cidade. Na época, muitas pessoas vindas de outras regiões do Brasil e de outros países se estabeleceram na cidade, e a expressão era usada para se referir de forma depreciativa a essas pessoas, especialmente os imigrantes japoneses e italianos que se estabeleceram na região da Rua 23 de Maio.

Esses dois episódios, por mais que tenham ocorrido em momentos diferentes de sua infância, nos demonstram as dificuldades que esta encontrou para se adaptar no país, sendo essa dificuldade uma realidade de muitos (as) descendentes que possuíam pais e mães de diferentes origens étnico-culturais. Acredito que, ao compartilhar esses relatos, Mafalda queria demonstrar como, em um dos momentos mais importantes da socialização humana que é a infância, ela encontrava-se em situações bastante conflituosas para a formação de sua identidade racial e, também, étnica. Se ela não era considerada “pura” o suficiente para fazer parte da comunidade japonesa, ao mesmo tempo em que também não era reconhecida enquanto uma brasileira, como ela deveria se identificar então?

A gente foi assim, muito discriminado, né? **Porque os japoneses não nos aceitavam por a gente ser mestiço, sabe?** Principalmente os japoneses mais velhos. No colégio não, a gente tinha bastante amizades mas, para os mais velhos, **a gente era brasileiro, mas também não era bem brasileiro**, eles nos diziam, né? Tanto é que eu nunca namorei um japonês. Só fui namorar um rapaz japonês quando eu cheguei aqui no Rio Grande do Sul. Eu sempre dizia “Não, eu não vou casar com japonês”. (grifo nosso)

Dessa maneira, é por meio dos seus relatos que podemos evidenciar como a sociedade brasileira está calcada em ideais de pureza e de privilégios a uma branquitude que nega o acesso à espaços para aqueles que possuem corpos racializados. Além disso, é pelas justificativas e tentativas de encontrar uma resposta para o porquê de lhe serem negados tais pertencimentos, que Mafalda nos demonstra como o racismo é estruturado e instrumentalizado, o qual precisa que existam desigualdades de raça e diferentes formas de opressão para que se mantenham certas estruturas e categorias sociais que impeçam que outros grupos racializados possam vir a ocupar espaços que são considerados acessíveis apenas para pessoas brancas ou “puras” (ALMEIDA, 2018).

Esses relatos também são extremamente significativos para pensarmos como, no senso comum, as noções de raça e etnia confundem-se dentro da sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, deixam por vezes de abranger as comunidades asiáticas residentes no nosso país. Pelas relações étnico-raciais e as práticas racistas sucederem-se na história do Brasil a partir de uma lógica velada (ALMEIDA, 2018), ainda sim muitos (as) asiáticos (as), das etnias do Leste Asiático, são identificados (as) enquanto pessoas brancas, e não amarelas, gerando assim, novamente, dificuldades de autoidentificação, como àquelas que Mafalda e Giulia ressaltam em seus depoimentos.

Indo ao encontro das situações experienciadas por Mafalda, Giulia também narra como esse lugar de exclusão e de discriminação foi presente nas suas vivências.

Então, eu estudei sempre no mesmo colégio, o Dom Bosco, que é uma escola particular. E, no caso das aulas de História, por exemplo, nunca teve uma aula que tratasse sobre as imigrações e, se tinha, era sempre sobre aquelas relacionadas à italiana e à alemã. [...] Quando eu tinha dez anos, muitas vezes ficavam me chamando de “japinha” e eu ficava sem entender aquilo, porque para mim pelo menos aquilo não era uma ofensa, eu não via dessa forma. Mas aí com quatorze anos, que foi quando eu comecei a ser mais conhecida na minha escola, que começaram a me chamar mais seguido dessa forma e, na minha cabeça, não era por causa da minha aparência física, mas sim porque eu tenho o Nakata no sobrenome, né. Até hoje para mim é muito estranho me ver nas fotos e compreender que eu tenho aparência física japonesa.

Porque, às vezes, eu não consigo me olhar no espelho e perceber sabe? Tudo o que eu ouvi durante a minha vida, de um certo estereótipo do que é ser japonesa, eu nunca fui. Eu sempre neguei esses estereótipos por ser quem eu era. Eu ouvia muito “Ah, as japonesas são sempre introvertidas, quietinhas, submissas” e eu sempre ia para o lado oposto desses estereótipos, sempre falante e sempre tomando iniciativa das coisas que aconteciam na minha vida, até liderando algumas coisas também. Na escola eu já fui líder de turma, participei de grêmios estudantis e do centro acadêmico, **ou seja, eu assumia lugares que não esperavam ter uma japonesa presente.** (grifo nosso)

Mediante ao ato de olhar-se em um espelho, Giulia nos traz o seguinte questionamento: como se identificar com essa descendência, mesmo quando aquilo que está sendo refletido não diz respeito à forma como você desenvolveu a sua subjetividade? Em outras palavras, como proceder essa “identidade japonesa”, que é refletida externamente, mas que não compreende e constitui um todo interno?

Ademais, quando Giulia traz em seu relato a ideia de que “assumia lugares que não esperavam ter uma japonesa presente”, ela, indiretamente, nos demonstra um paralelo com as discussões em torno das fotorreportagens anteriormente utilizadas: de que apenas alguns lugares e papéis sociais podem ser exercidos pelas mulheres japonesas e que, quando essas mulheres tentam assumir funções diferentes daquelas que lhes foram impostas, as relações se tensionam e geram novas microagressões, a fim de mantê-las dentro dessas posições.

[...] Ainda na escola, outros apelidos foram surgindo também, de forma a fazer trocadilhos com o meu sobrenome, do tipo “Na cama”, “Na cama com uma *katana*” e até “Na cama sutra”. E isso me pegou muito na época, e ao mesmo tempo eu não sabia de onde vinha isso, se isso era um exagero meu por me sentir ofendida com aquilo.

Por intermédio desse episódio, é que notamos não apenas como é recuperada a “figura da gueixa” para as mulheres japonesas, mas também como, histórica e politicamente, corpos

femininos asiáticos são afastados de suas agências enquanto pessoas a partir de um desejo imperialista branco que necessita que corpos racializados sejam objetificados e subjugados, abrindo assim precedentes para a naturalização da violência (LEE; MANGHIRMALANI; HIGA, 2019). Porém, pelo confronto de Giulia de “assumir esses lugares que não esperavam uma japonesa”, percebemos que esses espaços físicos e sociais também precisam ser ressignificados.

Apenas a presença de grupos racializados em locais de dominação branca não são o suficiente: é preciso que, aqueles que se identificam enquanto pessoas brancas (assim como eu), assumam um compromisso de propor mudanças que realmente repensem o lugar de opressão e dominação dessa branquitude, para que assim possamos finalmente começar a modificar as estruturas racistas que ainda persistem na nossa sociedade. Dentro dessa lógica de confronto e de ressignificação de espaços, é que destaco um último episódio das lembranças de Mafalda: a sua participação no concurso de *Miss Nikkei*³³.

Aqui no Rio Grande do Sul tinha um jornal japonês, não me recordo o nome dele, mas eles queriam organizar um desfile que nem o Miss Brasil, só que algo que fosse da colônia japonesa. [...] queriam uma representante de cada colônia de cada estado. Daí eles realizaram um desfile aqui, passaram sete meninas, e eu ganhei no final. Aí eu fui desfilar em São Paulo na próxima etapa do concurso. Quando eu concorri, foi a primeira vez que tinha meninas do Paraguai e do Uruguai também, e eram ao todo trinta e três candidatas. [...] Eu conhecia pouco sobre as colônias e não frequentei aqui, tanto é que quando eu soube do Miss Colônia, foi o filho da família Hiwatashi que perguntou para o meu pai se eu queria participar do concurso, e eu acabei aceitando o convite. Nisso, eu representei daí Porto Alegre no concurso.

Embora houvesse me dito Mafalda que tinha “poucas recordações” sobre como se sucedeu tal evento, ainda sim, ao compartilhá-las comigo, notei que tanto o convite quanto a sua participação foi muito importante para ela retomar aquelas questões que diziam respeito a sua falta de pertencimento à comunidade japonesa. E, mesmo havendo novamente um possível “impasse da mestiçagem”, esta continuou tentando participar do evento.

Era obrigatório que fossem filhos de japônês. Tinha que ter descendência japonesa. Na época, quando eu entrei, saiu uma polêmica de que eles não queriam que as

³³ *Miss Nikkei* refere-se a um concurso de beleza criado na década de 1950 e que foi inspirado no concurso Miss América, tendo como objetivo principal a promover a integração entre diferentes comunidades *nikkei* ao redor do mundo. O concurso geralmente incluía várias etapas, como entrevistas, desfiles de moda, apresentações e a escolha da vencedora, que era coroada como *Miss Nikkei*. Esse concurso foi realizado em diversos países; no entanto, nos últimos anos, o concurso vem perdendo a sua popularidade. Algumas comunidades argumentam não apenas que o concurso é uma forma de assimilação cultural, mas também que este auxilia na perpetuação de certos estereótipos relacionados à beleza e a aparência física de mulheres, ofuscando assim outros aspectos importantes que devem ser valorizados.

mestiças participassem. **Porque eles diziam que as meninas que eram mestiças, que tinham mistura, eram consideradas mais bonitas.** Só que no meu caso, como eu sou a primeira geração, eu poderia participar de qualquer forma. Meu pai veio do Japão, então sou nissei. Ai eles tentaram proibir, mas não conseguiram. (grifo nosso)

O interessante dessa fala está em como a mestiçagem é mobilizada. Como vimos especialmente no primeiro capítulo, diversos segmentos da sociedade brasileira tinham em mente que, ao serem realizadas “misturas raciais”, estas trariam consequências irreversíveis, sobretudo para os projetos de um futuro “Brasil branco” que algumas autoridades governamentais buscavam realizar. Contudo, podemos perceber que, para os fins deste concurso, a mestiçagem não estava pautada nos debates em torno da degenerência racial; mas sim, na ideia de que, com a mistura, as descendentes “mestiças” teriam ampla vantagem quando comparadas com as “puras”.

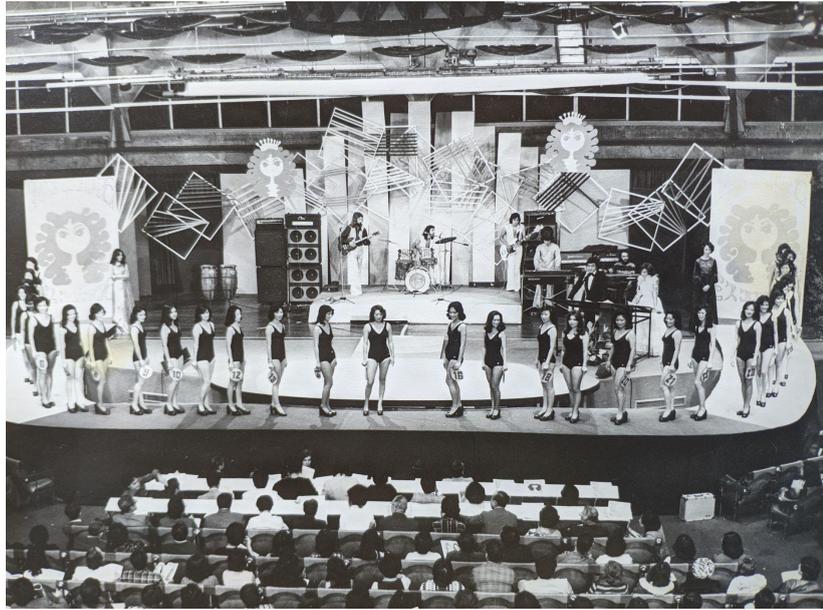
Para o concurso, a mestiçagem, teria a ver com o fato de que as “mestiças” possuiriam uma vantagem biológica, associada com características fenotípicas que lhes deixavam mais próximas de uma “beleza ocidental”, ou ainda com aspectos “mais atrativos” e próximos de pessoas brancas. Dessa maneira, a mestiçagem evoca, aqui, o seu caráter mais ambíguo: dependendo da sociedade em que ela está sendo mobilizada, essa apresentará diferentes problemáticas a serem solucionadas.

Além dessa fala sobre quem poderia ou não participar do concurso, Mafalda traz outra lembrança provocante:

Então tinha algumas coisas como a beleza, a cultura, sabe? Eles faziam testes, faziam várias perguntas sobre música, sobre conhecimentos gerais que não eram focados no Japão, eram da atualidade. Tudo sobre atualidade. Mas eu acho que deveria ser sobre o Japão [...] eu iria rodar daí, né? [...] Mas tinha também a elegância, a gente fazia desfile de vestido longo, de maiô, tudo mais [...] destacava a postura entre outras coisas. **Quando nos mostraram os maiôs, todo mundo ficou indignado, porque era um concurso dos anos 70, um maiô fechado assim, e esse sapato assim. Ninguém queria, mas a gente teve que desfilar.** [...] Eles alugaram um hotel, o Osaka, e nós éramos vigiadas o tempo todo, ninguém podia sair para a rua sem autorização, embora muitas das meninas forjaram sair, ainda mais porque tinha boate por perto e a gente ficava sabendo que várias tinham fugido para ir na boate. (grifo nosso)

Conforme Mafalda recordava, esta trazia junto consigo um álbum de fotografias, que continha diversos retratos da sua participação no concurso. Enquanto eu ouvia sobre essa lembrança, folheando o seu álbum, uma das imagens me chamou mais a atenção, a qual fiz questão de selecioná-la para compor este trabalho, encontrando-se na Figura 5.

Figura 5: Desfile do concurso *Miss Nikkei*.



Fonte: Acervo pessoal de Mafalda Nakata.

Destaco essa fotografia, atrelada a este último relato, justamente pelo seu potencial de nos demonstrar não apenas uma materialidade das lembranças que estão compondo este último capítulo, como também a sua possibilidade de evocar outras reflexões. Ao olhá-las — relato e fotografia — com mais cuidado, essas me retomaram questionamentos que vão muito além do que se “é esperado de uma mulher” dentro e fora das comunidades japonesas, mas também como essa expectativa do “ser mulher” recai de formas diferentes quando ampliamos a nossa análise através das interseccionalidades de raça, classe, etnia, geração, sexualidade, identidade de gênero, entre outras.

Mesmo partindo de uma escolha individual a maneira como fundamentaremos nossas subjetividades e alteridades, como não se influenciar por esses olhares externos, que constantemente nos observam, que tentam nos vigiar e nos moldar dentro de um padrão de “mulher” (branca, cis gênero, heterossexual, “nova”...)? Como reivindicar um poder de decisão sobre os nossos corpos, atitudes e comportamentos?

Tendo em vista isso, é que retomo o ato de “olhar-se para um espelho” que Giulia havia nos alertado anteriormente. Esse espelho a que Giulia se refere, não diz respeito apenas ao objeto: o espelho também nos diz sobre como seremos visualizados (as) por outros (as), muito mais do que sobre uma visualização de si e para si. E que, dependendo das lentes que farão esse esforço de nos observar, as consequências sobre o nosso “reflexo interno” serão infinitas.

Como iremos (nos) olhar daqui para a frente?

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta monografia, analisei como as diferentes formas de representação estão relacionadas às mulheres japonesas. Por meio das narrativas da imprensa e daquelas dispostas nos depoimentos orais, buscou-se compreender como, nesse fenômeno histórico, essas representações influenciaram nas dinâmicas sociais, assim como na preservação, manutenção e divulgação das memórias e experiências femininas na imigração para o sul do país. Ou seja, me preocupei em investigar como essas representações atrelaram-se com as experiências das mulheres japonesas sobre esse passado, como elas diziam respeito à participação e a presença feminina neste processo e também como essas mulheres mobilizaram essas representações em suas vivências.

Ao me utilizar de narrativas e fontes históricas diversas, pude compreender e analisar como essas representações relacionam-se não apenas com a conjuntura histórica da imigração japonesa para o Rio Grande do Sul, mas também que as mulheres japonesas tiveram um papel fundamental dentro dessa história, seja através das suas atuações dentro das suas próprias comunidades, seja por meio de mobilizações e manipulações dessas representações de forma a garantir melhores condições de vida e de direitos para os seus e para si mesmas. Dessa forma, mais do que entender como diferentes segmentos da sociedade brasileira (e gaúcha) mobilizaram essas representações para atingir seus objetivos e interesses, busquei enxergar também como essas representações modificaram-se ao longo dessa história, demonstrando como, em diferentes momentos desse fenômeno migratório, as imigrantes e as suas descendentes desenvolveram estratégias para lidar não só com as adversidades políticas, sociais e econômicas que surgiam em suas vivências, mas também de forma a resignificar as suas alteridades e aquelas representações que persistem em encaixá-las dentro de um padrão de “ser japonesa”. Isto é, procurei explicar, a partir da contextualização histórica do processo migratório, como, antes mesmo da consolidação das relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão, já existiam algumas representações que envolviam não apenas o território japonês, como também quem seriam os (as) habitantes de tal território.

Assim, observamos, ao longo dos capítulos 1 e 2, como essas representações foram sendo “acessadas” e divulgadas dentro da sociedade brasileira e gaúcha, em que a imprensa possui uma grande responsabilidade na formação e na continuação de estereótipos e estigmas, que buscam classificar e nomear tanto as mulheres japonesas quanto às suas comunidades.

Através da propagação de fotografias e caricaturas, aliadas a conteúdos discursivos, é que pude notar como a imprensa disponibilizou e difundiu certos recursos que traziam uma “veracidade” para determinadas formas de pensamentos e comportamentos, que iam ora contra o reconhecimento de direitos aos japoneses e japonesas por também pertencerem à “identidade nacional brasileira”, ora a favor dessas, mas que enxergavam o “elemento japonês” apenas através da assimilação dessas comunidades, ou seja, apenas quando essas correspondiam aos ideais de uma branquitude e de um futuro projeto de um “Brasil branco”, sendo estes pensamentos e comportamentos não restritos somente aos imigrantes japoneses, mas também transferidos para outras populações amarelas que imigraram para o país.

Mediante a garantia e a naturalização dessas representações na sociedade brasileira e gaúcha, é que as autoridades governamentais e outros agentes sociais encontraram um terreno fértil para investigar, vigiar e reprimir tudo aquilo que fosse identificado como um possível “perigo amarelo” (SHIZUNO, 2008), desenvolvendo assim mecanismos e práticas de visualização que continuam persistindo na idealização, objetificação e até mesmo assimilação das comunidades asiáticas, por meio de um medo contínuo de uma “mongolização” e de uma intolerância a todos aqueles e aquelas que se identificam com essas comunidades. Tendo em vista isso, é que tentei desenvolver, tanto no capítulo 2 quanto no 3, possíveis problematizações que desestabilizam essas diferenças que são impostas por aqueles que tentam, constantemente, desenvolver uma única e homogênea “identidade japonesa”, a qual não compreende a multiplicidade e a interseccionalidade de atuações, vivências e memórias que compõem as japonesidades brasileiras e, especialmente, sul-rio-grandenses.

Analisando as fotorreportagens, em conjunto com as entrevistas das descendentes da família Nakata, fui capaz, mesmo que de forma inicial, preencher uma lacuna das produções historiográficas até então presentes. Ao analisar as representações dispostas por essa imprensa classificatória, em contraposição com as mobilizações realizadas pelas mulheres japonesas em torno dessas representações, consegui demonstrar que a forma como as representações serão assimiladas não dependem exclusivamente daqueles que as forjam: mesmo que haja a sua reprodução e divulgação em massa, ainda assim não quer dizer que essas mulheres, assim como as suas comunidades, não tenham o poder de decidir se estas lhes dizem respeito, e se serão constitutivas de suas alteridades.

Isto é, por intermédio desses “confrontos da representação” (CHARTIER, 2002), conclui, parcialmente, que as representações em torno das populações japonesas e, conseqüentemente, das mulheres, vão depender de, pelo menos, três fatores principais, os

quais estão relacionados com: (1) as conjunturas históricas, políticas, sociais, diplomáticas e econômicas dos países envolvidos na trama migratória; (2) a forma como essas representações serão divulgadas e acessadas pelos meios de comunicação presentes na sociedade que recebe esses e essas imigrantes; (3) as articulações pessoais e coletivas dos (as) imigrantes e de seus e suas descendentes, que não necessariamente aceitarão passivamente a imposição dessas representações. Logo, as representações, que dizem respeito a essas comunidades e, especialmente, as mulheres que pertencem a elas, não dependem apenas dos interesses daqueles que as criam e as estabelecem: as representações dependem, sobretudo, das conexões entre os acontecimentos históricos e suas consequências; dos meios de comunicação, que selecionarão e divulgar determinadas imagens e discursos sobre essas populações; e das articulações dessas comunidades, se estas aceitarão ou não essas representações. E, desse modo, é que as representações relacionadas às mulheres japonesas são influenciadas por muitos fatores, incluindo a mídia, a história e as relações internacionais.

Ademais, depreende-se que as representações femininas japonesas, além desses três fatores principais, estão associadas também com o modo como as relações de poder entre os gêneros (feminino e masculino) estão estabelecidos dentro e fora desse contexto migratório. No caso do Brasil, vimos que essas representações estão intimamente ligadas com lugares e papéis sociais que dialogam com essas diferenciações a partir do confronto entre o que “se é esperado de uma mulher” e o que “se é esperado de um homem”, as quais possuem expectativas sobre as mulheres japonesas, mas que, se estas não atingem tais expectativas, são consideradas um perigo às ordens sociais e de gênero presentes na sociedade brasileira, podendo assim gerar consequências significativas nos modos como outras mulheres visualizam seus direitos e subjetividades dentro dessa mesma sociedade.

Entender como essas relações de gênero se estabelecem e são operacionalizadas na sociedade brasileira e gaúcha me possibilitou novas reflexões para além das mulheres japonesas, uma vez que muitos desses lugares e papéis sociais que lhes são atribuídos também conversam com outras interseccionalidades envolvidas. Contudo, mesmo chegando a alguns resultados parciais, creio que esta monografia, assim como a minha análise, possui limitações.

Devido ao tempo e aos recursos limitados, acredito que outras problematizações, as quais abordei brevemente ao longo da escrita deste TCC, poderiam ser melhores aprofundadas por outros (as) pesquisadores (as) da área, como: (1) aquelas que dizem respeito às diferenciações e relações de gênero presentes na sociedade japonesa; (2) as que dialogam com a diversidade de atuação feminina em outras colônias japonesas, para além das mais (re)

conhecidas no estado; (3) aquelas que trabalham com os confrontos entre raça e etnia nas lógicas étnico-raciais da sociedade brasileira, especialmente quando pensadas as comunidades asiáticas dentro desses sistemas de classificação humana. Evidencio essas minhas limitações justamente porque acredito que estas possam tanto nos proporcionar novas análises historiográficas a respeito desse fenômeno, quanto nos demonstrar que, ao continuarmos estudando e (re) interpretando os movimentos migratórios, estes nos possibilitam manter atualizadas as discussões que envolvem as relações étnico-raciais e de gênero no nosso país.

Estudar esses deslocamentos e suas consequências nas relações humanas nos permite não apenas identificar os padrões em relação à quem está migrando, por que estão migrando e para onde estão migrando: também nos fornece novas ferramentas e alternativas para se pensar o desenvolvimento de políticas públicas e uma possível garantia de direitos que abarque com as particularidades de cada indivíduo presente na sociedade brasileira. Além disso, é conhecendo como são instrumentalizadas as representações dentro desses contextos de deslocamentos humanos que assim poderemos (re) acessar essas “histórias dentro da História” (ALBERTI, 2005), as quais nos garantem ótimas dicas para se elaborar novas agendas de luta que sinalizem os perigos e confrontos dessas representações.

Mais do que reconhecer que essas representações sobre mulheres asiáticas existem, é crucial que essas sejam abordadas de maneira crítica e sensível, reconhecendo a complexidade e a diversidade de suas experiências. Espero que, futuramente (e que esse futuro seja um muito próximo), elas (es) possam ser olhadas (os) de uma forma mais justa e precisa, para que assim possamos (re) construir conhecimentos históricos que reconheçam essa história da sociedade japonesa e das suas múltiplas japonesidades.

6. FONTES

A MULHER japonesa no Brasil. In: *Diário de Notícias*, Porto Alegre, ano 44, n. 99, 27 de junho de 1968. Suplemento Especial, p. 25.

ENTREVISTA. Giulia, entrevista concedida à Beatriz Martignoni Hochmüller, no dia 12 de outubro de 2022, no formato presencial, para o TCC “Memórias silenciadas e silenciosas: representações femininas em narrativas da imigração japonesa no Rio Grande do Sul”.

ENTREVISTA. Mafalda, entrevista concedida à Beatriz Martignoni Hochmüller, no dia 2 de dezembro de 2022, no formato presencial, para o TCC “Memórias silenciadas e silenciosas: representações femininas em narrativas da imigração japonesa no Rio Grande do Sul”.

MARTINS, Ruth. A mulher japonesa de ontem e hoje. In: *Jornal do Dia*, Porto Alegre, ano 16, n. 1564, 6 maio de 1962. Seção Infantil, p. 15.

MARTINS, Ruth. A mulher japonesa. In: *Jornal do Dia*, Porto Alegre, ano 17, n. 4350, 21 abril de 1963. Passarela, p. 10.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- ANDRÉ, Richard Gonçalves. *Religião e silêncio: representações e práticas mortuárias entre nikkeis em Assaí por meio de túmulos (1932 – 1950)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2011.
- ALVES, Francisco Neves; TORRES, Luis Henrique. *Ensaio acerca da imprensa sul-rio-grandense*. Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 2019.
- ALMEIDA, Silvio. *O que é racismo estrutural?*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands/ La frontera: the new mestiza*. São Francisco: Aunt Lute Books, 2012.
- BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo: a experiência vivida*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.
- BARTH, Fredrik. *Ethnic groups and boundaries*. Bergen-Oslo Boston: Universitetsforlaget and Little Brown, 1969.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.
- CARVALHO, Francismar. O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier. In: *Revista Diálogos*, Maringá, v. 9, n. 1, p. 143-165, 2005.
- CRAVO, Ana Carla; SOARES, André Luis. Um Breve Olhar Sobre a Mulher Nikkei na Imigração. In: *Anais do I Seminário Nacional e VI Encontro com o Japão*. Itajaí, Santa Catarina: Editora Casa Aberta, v. 1, 2010.
- DAI PRÁ, Giovanna. *Imigração japonesa em Ivoti, RS: aspectos culturais e identitários*. Dissertação (Mestrado em Processos e Manifestações Culturais) - Universidade Feevale, Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, 2021.
- DEZEM, Rogério. *Matizes do Amarelo: a gênese dos discursos orientais no Brasil (1878-1908)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. *Body to body: investigation into witchcraft in the Bocage*. Paris: Gallimard, 2005.
- FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ediplat, 2003.
- GAUDIOSO, Tomoko Kimura.; SOARES, André Luis. As imigrantes japonesas no Rio Grande do Sul: suas funções na preservação da cultura do país de origem. In: *II Encontro Internacional de Ciências Sociais*. Pelotas: Editora Universitária de Pelotas, Rio Grande do Sul, v. 1, 2010.

- HOHLFELDT, Antonio. A imprensa sul-rio-grandense entre 1870 e 1930. In: *E-Compós*, v. 7, p. 1-12, 2006.
- HANDA, Tomoo. *O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil*. Centro de Estudos Nipo-Brasileiros: T.A Queiroz, Editora Ltda, 1987.
- IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. *Resistência & Integração: 100 anos da imigração japonesa no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. 3 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
- LEE, Ricca Caroline; MANGHIRMALANI, Juily; HIGA, Miwa Laís. Narrativas asiáticas brasileiras: identidade, raça e gênero. In: *Ensaaios sobre Racismos* [recurso eletrônico organizado por Emanuel Fonseca Lima... [et al]. São Paulo: São José do Rio Preto, Balão Editorial, 2019.
- LESSER, Jeffrey. *A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração*. 1 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2015.
- LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo, EDUNESP, 2001.
- LUNA KUBOTA, Nádia Fujiko. Sobá: comida de obasan. In: *26 Reunião Brasileira de Antropologia - Desigualdade na Diversidade*, Porto Seguro, 2008.
- MACHADO, Igor. *Japonesidades multiplicadas: novos estudos sobre a presença japonesa no Brasil*. 1. ed. São Carlos: Edufscar, 2011.
- MAKINO, Rogério. *As relações nipo-brasileiras (1895 - 1973): o lugar da imigração japonesa*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Brasília. Brasília, 2010.
- POUTIGNAT, Phillipe.; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: EDUSP, 2008.
- RIVERA CUSICANQUI, Silvia. *Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos decolonizadores*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.
- SANTOS, Geraldine Alves dos; DOLL, Johannes; GAUDIOSO, Tomoko Kimura. A integração cultural do japonês na cultura brasileira: a experiência da colônia de Ivoti. In: *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito (UFRGS)*, Porto Alegre, p. 53-62, 2003.
- SCOTT, Joan. *Gênero: Uma categoria útil para análise histórica*. Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990.
- SAKURAI, Célia. *Os japoneses*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2019.

SHIZUNO, Lena. Imigração japonesa no Brasil: Os indesejáveis necessários. In: *Relações Internacionais no Mundo Atual*, Curitiba, n.8, p.69-94, 2008.

SHIMABUKO, Gabriela. *A origem do perigo amarelo: orientalismo, colonialismo e a hegemonia euro-americana*. Trabalho final de História Geral, UNESP. Araraquara, 2016.

SOARES, André Luis.; GAUDIOSO, Tomoko Kimura. Atuação feminina na colônia japonesa de Ivoti-RS (1980-2000). In: *Seminário Internacional "Fazendo Gênero 11 & 13th Women 's Worlds Congress"* (Anais Eletrônicos). Florianópolis, Santa Catarina: 2017.

SAID, Edward. *Orientalismo: Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TAKEUCHI, Márcia Yumi. A comunidade nipônica e a legitimação de estigmas: o japonês caricaturizado. *Revista USP*, (79), 173-182, 2008.

TAKEUCHI, Márcia Yumi. A comunidade japonesa no Brasil (1908-1924): quistos étnicos ou espaços de identidade imigrante. *Storicamente*, v. 5, n. 9, 2009.

TANAKA, Aline. Imigração e colonização japonesa no Brasil-um resumo. *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito - PPGDir. /UFRGS*, Porto Alegre, p. 37-41, 2003.

TEDESCHI, Losandro. *Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres*. 1. ed. Dourados - Mato Grosso do Sul: EDUFGD, 2014.

UENO, Luana Martina. O duplo perigo amarelo: o discurso anti-nipônicos no Brasil (1908-1934). *Estudos Japoneses*, v. 41, 2019.